

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



**NEO-OTOMANISMO, POLÍTICA E MEMÓRIA: A
MOBILIZAÇÃO DO PASSADO OTOMANO NA REPÚBLICA
DA TURQUIA CONTEMPORÂNEA**

LUIS FELIPE BRITO HERDY

ORIENTADORA: MONICA HERZ

**Rio de
Janeiro
2022.2**



Luis Felipe Brito Herdy

**Neo-otomanismo, política e memória:
A mobilização do passado otomano na República da Turquia
contemporânea**

Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Monica Herz

Rio de Janeiro

2022.2

*Há uma guerra em curso na Turquia, não pelo futuro do país,
mas sobre o seu passado – Hakan Yavuz.*

Agradecimentos

Ainda que possua certo pavor da recorrência à clichês, parte da razão para a sua permanência em nossas vidas é o seu caráter um tanto inescapável em momentos como esse. O processo que culmina na produção de uma monografia, desde o ingresso na universidade, é árduo, especialmente se passado sozinho. Felizmente, este jamais foi um sentimento em minha experiência. Por isso, sou grato.

Em primeiro lugar, tenho de manifestar a mais sincera gratidão ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Nele ingressei via transferência interna, em um momento de profunda incerteza profissional e acadêmica. O acolhimento pessoal e universitário proporcionado pelo Instituto, de seus professores a coordenadores, foi essencial para a minha certeza de pertencimento e evolução acadêmica nestes quatro anos. De todos os componentes do IRI a quem deposito minha gratidão, devo destacar alguns. E não poderia começar senão por Márcio Scalercio.

Feitas as ressalvas sobre clichês, devo repetir mais um: definitivamente não estaria aqui se não fosse por Scalercio. Enquanto guardava dentro de mim o desejo de deixar o curso de Ciências Econômicas, tomei a sábia decisão de cursar como eletiva a disciplina “Problemas da Guerra e da Paz”, ministrada por ele. Dali, a certeza de que deveria imediatamente migrar para as Relações Internacionais.

Desde então, Scalercio mostrou-se mais do que um grande professor, sempre perspicaz, honesto e de inteligência invejável. Para mim, Scalercio tornou-se um amigo, de quem nutro as mais profundas admirações. Sua generosidade e atenção abriram-me portas acadêmicas, profissionais e pessoais, e por isso sempre serei grato. Além de nosso gosto compartilhado por temas militares, também somos comparsas de ficção científica, cinema, literatura, humor e tantos outros. Foi através de sua disciplina “Questões de Política Internacional no Oriente Médio”, em meu segundo período, que descobri a paixão por estudar o Oriente Médio. Encurtando uma longa história, esta monografia é, portanto, impossível sem Scalercio. E a ele minha gratidão inesgotável.

Devo agradecer também a outros professores essenciais para a minha trajetória pessoal e acadêmica. Com muitos deles, inclusive, compartilhei não apenas o ambiente universitário, mas também almoços, projetos em conjunto e trocas culturais, dentre outros. Fernando Maia, de quem fui aluno por quase todos os meus semestres na PUC-Rio, é uma inspiração inescapável por sua sofisticação intelectual, de um refino ímpar. Suas disciplinas foram fundamentais para a minha formação acadêmica, abrindo portas para discussões que moldaram muitos dos meus interesses, como na disciplina “Civilização e Barbárie”, parcialmente inserida nesta pesquisa. Agradeço também por todas as dicas culturais e as boas conversas. Aos queridos amigos e professores Marcello Cappucci e Ricardo Oliveira, de quem tive o prazer de muito aprender desde o princípio de minha graduação. Admiro imensamente ambos, tanto por suas generosidades quanto pela naturalidade em transmitir conhecimentos e expandir horizontes.

Agradeço profundamente também à extraordinária Paula Sandrin. Foi dela, e diretamente dela, que as bases teóricas para esta monografia foram extraídas. Paula é uma referência enquanto acadêmica e pessoa, com quem tive o prazer de trocar recomendações bibliográficas sobre a Turquia e ser introduzido a autores fundamentais, especialmente na disciplina “Teorias Contemporâneas II”. O primeiro rascunho deste trabalho foi, inclusive, uma avaliação final de sua disciplina. Se um dia eu for capaz de compreender e explorar a Turquia com um décimo da habilidade de Paula, estarei satisfeito.

Minha gratidão à Manuela Trindade Viana, coordenadora da graduação durante a maior parte de minha formação e orientadora na construção do projeto de monografia. Por sua incansável atenção, sinceridade e tato, aperfeiçoei demasiadamente o que antes era uma ideia. Agradeço também ao genial companheiro João Daniel, pelas inspirações e aprendizados. Aos demais professores do IRI, que diretamente ou indiretamente contribuíram para a minha formação, como Sérgio Veloso, Diego Santos, Paulo Chamon e Alexandre dos Santos.

Ainda no escopo da graduação, agradeço à extraordinária Monica Herz, com quem tive o prazer de contar como minha orientadora e, antes disso, coordenadora no PIBIC. Monica é uma referência geral para o campo das Relações Internacionais, e uma acadêmica voraz e inspiradora. Poucas pessoas podem orgulhar-se de conhecer seus objetos de estudo como Monica o faz. Enquanto orientadora, agradeço sobretudo por sua confiança e compreensão, além dos bons conselhos e tremenda generosidade. Inúmeras portas foram também abertas por Monica, e tenho a certeza de que, no que depender de mim, a terei como conselheira por toda a minha trajetória acadêmica.

Devo agradecer aos meus colegas do Gepom (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Oriente Médio), cujas atividades acompanhei desde o princípio, inicialmente como Pesquisador Júnior e hoje como Pesquisador Associado. Monique Sochaczewski, Muna Omran, Najad Khouri, Andrew Traumann e Heitor Loureiro foram grandes companheiros e me ensinaram muito do pouco que hoje sei. Foi no Gepom, ao lado deles, que comecei a lecionar aulas e cursos de forma robusta, e as incontáveis experiências profissionais, pessoais e acadêmicas geradas a partir do grupo serão alvos de minha eterna gratidão.

Devo, sobretudo, destacar o papel de Monique: mais do que uma professora e amiga, uma mentora. Assim como apelei aos clichês a pouco, novamente devo fazê-lo. Monique foi absolutamente indispensável e essencial para tudo o que consegui aqui construir. Pouco antes do início da pandemia causada pelo coronavírus, comecei a participar de um grupo de estudos sobre o Império Otomano em sua casa. Aos poucos, o que já era uma admiração tremenda de minha parte foi se transformando em uma relação de afeto, amizade e companheirismo.

Quando este grupo de estudos transformou-se em um curso, e assim foi gerado o Gepom, acompanhei Monique como assistente. Aproximadamente um ano depois, estava ministrando cursos ao lado de uma das pessoas que mais respeito e admiro. A verdade é que foi na sala de sua casa que descobri profundamente o Império Otomano e sua fascinante história. A paixão e habilidade com que Monique dedica-se a

pesquisar e, sobretudo, disseminar a Turquia envolveu-me por completo, e não poderia ser diferente. Foi com ela que primeiramente tomei nota da ideia de “neo-otomanismo”, das diferenças e semelhanças entre os projetos de Erdoğan e Atatürk e da importância do passado otomano para a República da Turquia. Monique foi também uma basilar apoiadora de minhas iniciativas individuais e proporcionou-me suportes e oportunidades que jamais serei capaz de devolver. É curioso que, para além de nossas semelhanças acadêmicas, também compartilhamos a data de nascimento.

Agradeço a todos aqueles amigos, da PUC e além, que estiveram comigo nestes quatro anos de graduação. Seu companheirismo, apoio e amizade tornaram esta tarefa muito menos trabalhosa do que seria em outro caso. Especialmente, agradeço à Ana Beatriz Sá, Ana Carolina Leite, Ana Diamante, Ariel Faccioli, Caio Marques, Fábio Almeida, Guilherme Salomão, Helena Guimarães, Isabela Sússekind, Isabelle Nascimento, Joao Carmino, João Pedro Demambro, João Pedro Oliveira, João Pedro Freire, Lucas Castro, Lucas Lima, Lucas Mathias, Luisa Elerati, Maria Eduarda Bacelar, Paula Torracca, Rafael Gabbay, Rafaela Rodrigues, Rodrigo Oliveira, Victor Barbosa, Victor Toscano e tantos outros.

Por fim, agradeço aos familiares que possibilitaram, em todos os sentidos, o meu alcance e capacidade de completar a graduação. Aos meus pais, José Luiz e Mirian, antes de tudo. Também à Benjamin, Noredi, Edith, Leonardo, Mariana, Mayara e tantos outros.

Resumo

A Turquia que nascia do longo declínio otomano inaugurou a construção de uma nação que percebia o seu passado como antiquado, propondo uma modernização ocidentalizante. Em 2003, a eleição de Recep Tayyip Erdoğan traria evidência a uma nova forma de pensar a Turquia e seu passado: o neo-otomanismo. Conceito referente a um projeto identitário, mobilizador do passado otomano, o neo-otomanismo exterioriza nostalgias na percepção da Turquia contemporânea como herdeira do Império Otomano. Ressoando em práticas domésticas e externas, este projeto encontra manifestações imagéticas, no tratamento conferido ao Islã e suas relações com a democracia e a modernidade e nas relações com antigos territórios pertencentes ao Império e com o Ocidente, dentre outros. O presente estudo busca analisar o que constitui esta lógica a partir do papel da identidade e das emoções, resgatar o processo histórico que nela culmina e observar suas manifestações na contemporaneidade.

Palavras-chave: Turquia, neo-otomanismo, kemalismo, identidade, memória, política externa

Sumário

Introdução	11
Marco Teórico	18
Metodologia	24
1. Neo-otomanismo, identidade e emoção	28
1.1 A relevância de identidade e emoção	28
1.2 Otomania e neo-otomanismo	32
1.3 A identidade neo-otomana	36
2. Do Império à República	39
2.1 Nostalgia: fundação e ascensão do Império Otomano.....	39
2.2 Trauma: declínio e queda.....	42
2.3 A fundação da República da Turquia	46
2.4 A Turquia kemalista	50
3. A Turquia de Erdoğan e o neo-otomanismo.....	57
3.1 Quem é Recep Tayyip Erdoğan e o início de sua vida política	57
3.2 Erdoğan no poder e a primeira fase neo-otomana.....	61
3.3 Neo-otomanismo na Turquia contemporânea	69
Conclusão	77
Referências Bibliográficas.....	79

Lista de Abreviações e Siglas

AKP – Partido da Justiça e Desenvolvimento (Adalet ve Kalkınma Partisi)

CHP – Partido Republicano do Povo (Cumhuriyet Halk Partisi)

CUP – Comitê União e Progresso

DP – Partido Democrata (Demokrat Parti)

EU – União Europeia (European Union)

MSP – Partido da Salvação Nacional (Milli Selamet Partisi)

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PKK – Partido dos Trabalhadores do Curdistão (Partiya Karkeren Kurdistan)

RP – Partido do Bem-Estar (Refah Partisi)

Lista de Gráficos e Figuras

Imagem 1: Recep Tayyip Erdoğan, Emine, sua esposa e soldados vestidos como os janízaros, força de elite do exército otomano 13

Imagem 2: Atatürk apontando o caminho para a nova Turquia 14

Imagem 3: Mapa da expansão otomana 42

Imagem 4: O homem doente da Europa 44

Imagem 5: A estátua de Atatürk em Izmir..... 54

Imagem 6: Erdoğan visita a Ayasofya reconvertida..... 72

Introdução

Em outubro de 1923, um império pedia, fazendo emergir uma inédita república na Ásia Menor (Anatólia). Não nos referimos a qualquer império, contudo. Tampouco a qualquer república. O Império Otomano chama imediata atenção por sua longevidade e extensão: de sua fundação, em 1299, ao seu fim, em 1923 – mais de seiscentos anos de história –, os sultões otomanos conquistaram imensas parcelas de Ásia Ocidental, Sudeste da Europa, Cáucaso, Norte da África e Chifre da África.

O próprio território turco/otomano na Ásia Menor é de suma importância geoestratégica, constituindo uma zona de conexão entre importantes regiões do mundo, e conectando-se ao Mar Negro, ao Mediterrâneo e ao Egeu. Foi o Império Otomano aquele responsável por desferir o golpe final ao legado romano, conquistando Constantinopla em 1453, evento fundacional da Era Moderna (CROWLEY, 2011).

A proclamação da República da Turquia, em 1923, foi igualmente importante: ela inaugurou a construção de uma nação que percebia o seu passado enquanto antiquado e moribundo, propondo um projeto de modernização ocidentalizante que impacta o mundo muçulmano até os dias de hoje e influenciou movimentos como o nasserismo (SHAW; SHAW, 1977).

Oitenta anos após o fim do Império Otomano (2003), na agora República da Turquia, Recep Tayyip Erdoğan ascendia ao cargo de primeiro-ministro. Percebe-se, a partir disto, um novo e crescente projeto¹ ideológico/identitário, substancialmente distinto do principal projeto em vigência por décadas na Turquia. Situado costumeiramente entre autocratas notórios da contemporaneidade, Erdoğan é uma figura complexa e que almeja figurar entre os grandes nomes da história turca.

¹ Não utilizamos o termo “projeto” em vão, tanto para o kemalismo de Atatürk quanto para o neo-otomanismo de Erdoğan. Conforme veremos, sendo ambos dimensões identitárias, sempre serão projetos. Isto é, pelas próprias características embutidas na ideia de identidade, kemalismo e neo-otomanismo jamais serão capazes de preencher a resposta do que “é a Turquia”.

Se, por muito tempo, o passado otomano foi renegado, Erdoğan é verdadeiramente fascinado por ele, tecendo constantes alusões em discursos e políticas. O neo-otomanismo, conceito que congrega essa nova identidade construída, pode ser compreendido como a execução de práticas políticas a partir de uma mobilização desse passado otomano, ligado diretamente à interpretação de Erdoğan e seus aliados políticos do que significa este passado e, sobretudo, mobilizando emoções vinculadas à experiência otomana.

Pensamos, neste sentido, o neo-otomanismo como uma identidade, um discurso, que se projetou na lógica governamental da Turquia desde a ascensão de Erdoğan. Ele pode ser percebido tanto se pensarmos na dimensão interna quanto externa, que se complementam em torno de uma ideologia comum.

No nível doméstico, alguns exemplos marcantes são a reconversão da Ayasofya ao status de mesquita, que era um museu, desde o fim do Império (THE EDITORIAL BOARD, 2020), a reforma de praças militares otomanas, desfiles em que Erdoğan é acompanhado de soldados vestidos como os janízaros otomanos (SOCHACZEWSKI, 2013) e a construção e nomeação da Ponte Sultão Selim I, conquistador do Egito e do coração da Arábia (SCHLÖTZER, 2013).

No nível internacional, avança-se o entendimento da Turquia como herdeira do Império Otomano e, por conseguinte, portadora do direito (e talvez do dever) de ativamente participar, influenciar e intervir naquelas regiões que ora fizeram parte desse império, através de uma espécie de paternalismo turco (YAVUZ, 2020).

Imagem 1 – Recep Tayyip Erdoğan, Emine, sua esposa e soldados vestidos como os janízaros, força de elite do exército otomano



Imagem 1 - Fonte: MAZIAD, M.; SOTIRIADIS, J. Turkey's Dangerous New Exports: Pan-Islamist, Neo-Ottoman Visions and Regional Instability. Middle East Institute, 2020. Disponível em: <<https://www.mei.edu/publications/turkeys-dangerous-new-exports-pan-islamist-neo-ottoman-visions-and-regional>>.

Devemos acentuar a magnitude e o ineditismo dessa retomada, no século XXI, de um passado otomano com o qual, por muitos anos, o projeto de modernização instaurado com a república da Turquia buscava romper. Historicamente, é importante situar o contexto de surgimento da Turquia no longo declínio otomano, que pode ser traçado à derrota na tentativa de conquista de Viena, em 1683 (FINKEL, 2005)². É deste momento a construção do Império Otomano como o “Homem Doente da Europa” e de uma crescente tensão entre potências ocidentais a respeito do que fazer com os eventuais espólios otomanos.

Mustafa Kemal Atatürk percebia o Império Otomano como ultrapassado, e ele deveria ser superado através de uma fundação republicana moderna e secular, que aboliu o califado e estabeleceu uma série de práticas ocidentais, como a adoção de sobrenomes, um novo alfabeto, novas vestimentas e um novo calendário.

Tal afastamento pode ser claramente percebido em discursos de Atatürk, que, antes de fundar a Turquia, havia sido uma das principais

² A derrota em Viena é um marco que não carece de certa arbitrariedade. Referimo-nos a um “declínio” de séculos (1683-1922), afinal de contas.

lideranças do processo de independência. Em um de seus discursos, afirmou que “a nova Turquia não tem relação com a antiga. O governo otomano desapareceu na história. Uma nova Turquia nasceu” (apud Wilson, 2007, p. 83).

A figura de Atatürk moldou, por décadas, a própria imagem da Turquia, com base em suas revoluções de caráter secular e modernizante. Suas marcas políticas são deixadas e sintetizadas no kemalismo, ideia de republicanismo, laicismo, nacionalismo, populismo, estatismo e reformismo. Atatürk assim tornou-se reverenciado na Turquia construída, com fotografias e bustos onipresentes pelos espaços públicos e privados turcos, venerando a pessoa e a sua concepção de Turquia (SOCHACZEWSKI, 2013).

Imagem 2 – Atatürk apontando o caminho para a nova Turquia



Imagem 2 - Fonte: İZER, Z. F. *İnkılap Yolunda. İşte Atatürk*, 1933. Disponível em: <<https://isteAtaturk.com/g/icerik/Zeki-Faik-Izer-Inkilap-Yolunda-1933/1571>>. Acesso em: 6 out. 2022.

O processo que leva da remoção kemalista do passado otomano à evidenciação por parte de Erdoğan pode ter sua ascensão parcialmente

traçado aos anos 1990³, com a ascensão de partidos islamistas. Erdoğan, nessa época, fora eleito prefeito de Istambul e, em 2001, cria um partido político, o Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP, na sigla em turco), com forte narrativa inicialmente contra a corrupção (do *establishment* político). A corrupção era associada a uma ética secular pela narrativa do AKP, que se nomeava não como islamista, mas sim democrático-conservador.

No governo, porém, já são realizadas mudanças, acentuando o papel religioso. O AKP registrou ótimos resultados nas eleições de 2002, e Erdoğan foi eleito Primeiro Ministro da Turquia no ano seguinte. Um dos mais importantes passos em direção ao neo-otomanismo e ao projeto de Erdoğan calcado no passado otomano ocorreu em 2003, quando a Turquia se recusou a permitir que os EUA utilizassem bases turcas no ataque ao Iraque, o que foi visto, na época, como “neo-otomanista”, rompendo com o alinhamento convencional entre turcos e estadunidenses. Esse termo ganhou força com o passar do tempo e passou a orientar uma nova Turquia, ativa na arena internacional e mobilizadora do passado otomano enquanto instrumento central em sua construção identitária.

Observar a mobilização do neo-otomanismo enquanto ideologia política nas práticas domésticas e externas da República da Turquia de Recep Tayyip Erdoğan é o objetivo desta pesquisa. Com isso, busca compreendê-lo como um conceito mobilizador de emoções amparadas na memória otomana no esforço de construção de uma identidade que ressoa em práticas e discursos na Turquia contemporânea. A emergência histórica do neo-otomanismo será pensada, ainda, como um fenômeno sócio-político que se entremistura por diversas esferas da sociedade turca.

Por vezes, é mobilizado como um projeto nacional – que, como dito, se contrapõe ao kemalismo, associado à República da Turquia. Em outros, uma ideologia política, uma identidade nacional ou um sentimento, mais amplamente. Ele também recebe contornos religiosos, militares e

³ O processo de contestação ao projeto kemalista é, contudo e como veremos, tão antigo quanto o próprio kemalismo. Ainda, outras formas de nostalgia otomana exponencialmente ganharam força na história republicana da Turquia.

muitos outros. Em todos os casos, o neo-otomanismo se apresenta como uma memória: uma nostalgia em relação a um imaginado⁴ passado otomano, muitas vezes considerando uma “era de ouro” do Império⁵. O neo-otomanismo, neste sentido, é produzido em meios sociais e políticos como expressões de nostalgia pelo Império Otomano em diferentes segmentos da sociedade turca. As condições históricas de emergência dessas expressões ao redor desses segmentos merecem atenção⁶.

Rarefação do moderno, de um lado; exaltação do império, de outro – o desconforme tratamento articulado em relação à ancestralidade imperial na Turquia envolve considerações que em muito ultrapassam a face contemporânea de um só país. Retratamos considerável parcela do neo-otomanismo enquanto uma emoção, um sentimento. E emoções são partes intrínsecas de como a política é conduzida, percebida e avaliada (HUTCHISON; BLEIKER, 2014). Se nossas emoções são estruturadas perante ambientes socioculturais, aspectos como a memória fazem-se centrais. E como não interpretar, nesta lógica, o projeto político de Erdoğan perante uma memória a ser revisitada? O mesmo pode-se dizer em relação a Atatürk, desta vez no apagamento.

⁴ Imediata atenção, ainda que breve, ao termo “imaginada” é necessária. A memória apresentada pelo neo-otomanismo interpreta significados específicos para o seu passado otomano. Por exemplo, costumeiramente ignora-se o caráter profundamente multiétnico, multilinguístico e multireligioso que fornecia o pilar de sustentação para o Império (FINKEL, 2005), acentuando um nacionalismo religioso islâmico e turco na interpretação de Erdoğan.

⁵ Um caso curioso, neste sentido, é a utilização das telenovelas nestas imaginações. A novela “Magnificent Century”, de enorme sucesso na sociedade turca, foi duramente criticada por Erdoğan por retratar Suleyman (conhecido no Ocidente como “O Magnífico” e no Oriente como “Fazedor de Leis”) em haréns – dentre outros pontos -, quando ele supostamente deveria ser retratado montado em seu cavalo e conquistando territórios. Erdoğan, em resposta, endossou a criação da novela “Ertugrul”, que retrata a vida do pai de Osman, fundador da dinastia otomana, e fortalece os gostos pessoais do líder turco. Ver: ÇEVİK, Senem B. The Empire Strikes Back: Propagating AKP’s Ottoman Empire Narrative on Turkish Television. *Middle East Critique*, 2020.

⁶ Não devemos, contudo, ceder às tentações do reducionismo nesta averiguação histórica. O neo-otomanismo não é construído por Erdoğan, e podemos otimistamente pensar no atual presidente da Turquia como o maior responsável, ao lado de Davutoğlu na perspectiva de política externa, importante membro de seu governo, por *representar* doméstica e internacionalmente os principais alicerces desta memória nostálgica. Muitas das práticas representadas pelo neo-otomanismo derivam de ressignificações daquelas já existentes, tanto em termos efetivos (por exemplo, uma política externa de “zero problemas” com os vizinhos da Turquia) quanto em ideias.

Ao tratar do neo-otomanismo, penso, alcançamos o âmago de algumas das mais importantes dinâmicas políticas da contemporaneidade. Erdoğan costuma ser retratado como parte da ascensão de um populismo autoritário e nacionalista no século XXI. Mesmo que o seja, Erdoğan e seu projeto representam mais que isso. A construção de uma ligação contemporânea com o passado otomano abrange profundas relações de alteridade. É elementar a lembrança de que a construção de uma concepção kemalista está em contato com uma suposta necessidade de ocidentalização.

A ideia do Império Otomano como um doente e cambaleante império, que precisa abrir mão de seu passado para se modernizar na agora Turquia, é em parte fruto de representações orientalistas, onde a imagem de haréns e políticos sorrões otomanos construía a simultânea relação de exotismo e atraso oriental (SAID, 2007). Ainda, as relações de pertencimento e não-pertencimento entre a Turquia e a Europa – mais obviamente representadas na questão da adesão turca à União Europeia (EU) -, resguardam ambivalências identitárias, hierárquicas e simbólicas na política internacional (SANDRIN, 2020).

O neo-otomanismo na Turquia contemporânea dialoga com a ideia de que Estados nunca estão finalizados enquanto entidades, onde tensões identitárias nunca podem ser definitivamente encerradas, uma vez que a natureza performática da identidade nunca é totalmente revelada. Estados estão, portanto, em um eterno processo de “tornando-se”. A identidade, coletiva ou pessoal, não é fixa (CAMPBELL, 1998). Suas mudanças, porém, não representam completas exclusões de um passado.

Temas, ideias ou imaginários mantêm-se. Exatamente por isso, continuidades e rupturas devem ser analisadas, considerando tanto modificações importantes entre projetos verdadeiramente distintos quanto aquelas tensões – que muitas vezes tentam ser apagadas – permanentemente presentes no imaginário sócio-político. Nos referimos, assim, ao processo de construção de uma nação e uma identidade. Neste

sentido, a presente pesquisa, ao pensar a Turquia, apresenta interlocuções que em muito ultrapassam Erdoğan, Atatürk e o Império Otomano.

Marco teórico

Na averiguação das dinâmicas circunscritas ao projeto representado pelo neo-otomanismo, caminhamos em estradas há muito pavimentadas. Dois conceitos, largamente explorados nas Relações Internacionais e em campos correlatos, demandam especial atenção enquanto substâncias analíticas para os presentes fins. Por um lado, compreendemos o neo-otomanismo enquanto um projeto mobilizador de uma identidade. Por outro, esta identidade manifesta-se em larga medida através de emoções.

Infeliz é o costume, hoje razoavelmente contestado, de associar fenômenos de política internacional perante uma racionalidade assumida, que rejeita total ou parcialmente o papel das emoções nas relações internacionais. Descartadas ou vistas somente como possíveis falhas dentro de uma plenitude racional, a serem superadas, a marginalidade conferida ao papel das emoções impossibilita movimentos analíticos demasiadamente importantes para fenômenos de política internacional, como é o caso do neo-otomanismo.

Como explicam Hutchison e Bleiker (2014), emoções desempenham um papel importante nas relações internacionais, meio este profundamente envolvido por fenômenos emocionais: decisões e julgamentos estão fundamentalmente imbuídos em emoções, de forma que estas constituem parte indispensável da condução, percepção e avaliação da política (Ibid.).

No caso desta pesquisa, atender às diversas dimensões emocionais encontradas na alusão ao passado otomano da Turquia contemporânea demanda cuidados: “Focar em mecanismos específicos pelos quais emoções são socialmente intrincadas e podem, em circunstâncias particulares, se tornarem coletivas, permite-nos teorizar sobre a política nas emoções de uma maneira que reduz o risco de as homogeneizar”

(Ibid., p. 499, tradução nossa). Seguindo este alerta, apresentado pelos autores para quaisquer reflexões referentes às emoções na política internacional, buscamos o afastamento de quaisquer homogeneizações, alinhados à multiplicidade de fatores presentes na Turquia e na política, de forma geral.

Compreender um fenômeno que se fundamenta em uma fatura de emoções, sobretudo a nostalgia, demonstra-nos que “embora nossa experiência de emoções parta de nossos corpos, sentimentos são formados e estruturados dentro de ambientes sociais e culturais particulares (...) constituídos em relação a tradições culturais específicas, como linguagens, hábitos e memórias” (Ibid., p. 504, tradução nossa).

Igualmente importante é o fato de que emoções, em sua exteriorização, precisam ser representadas, processo em que se tornam coletivas e políticas. Estas representações podem derivar de imagens, narrativas e muitos outros. Observar as representações do neo-otomanismo, quando percebido em seu caráter emocional, é exatamente pensar na forma como essa identidade é constituída, reforçada.

Segundo os autores, estas representações são “processos pelos quais emoções tornam-se manifestas e definidas. Elas moldam identidades, ligações, atitudes, comportamentos, comunidades e, assim, estabelecem as fábricas emocionais que unem as pessoas” (Ibid., p. 506, tradução nossa).

Ou seja, o neo-otomanismo enquanto identidade a ser construída e reforçada encontra nas emoções mobilizadas um indispensável componente para a sua fabricação de um senso compartilhado de nação, unidade. E essa fabricação, como apontado, está presente mesmo nas emoções propositalmente incitadas por práticas como desfiles públicos (lembramos aqui de Erdoğan acompanhado por soldados vestidos de janízaros) e modificações arquitetônicas (como nas renovações de praças otomanas), dentre outros.

Das emoções, retiramos aspectos profundamente relevantes para a compreensão do neo-otomanismo. Pensar o neo-otomanismo a partir da

exclusividade de uma racionalidade plena assumida, argumentamos, ocultaria algumas de suas principais características. Se, por exemplo, considerássemos manifestações visuais de alusão ao Império Otomano através de uma lente racionalista, deixaríamos de captar o impacto da subjetividade humana nos múltiplos processos interpretativos presentes em uma mesma imagem, como nas fotos de Erdoğan e seus janízaros.

Ao assumir preferências estabelecidas, a visão racionalista é abalada por variações complexas que, como tentamos demonstrar na Turquia contemporânea, resguardam continuidades e rupturas. Entre o neo-otomanismo e o kemalismo, por exemplo, não há uma inequívoca e definitiva escolha, uma vez que ambos compartilham emoções, ambivalências.

Se adeptos à lente racionalista, estaríamos a considerar uma situação de escolha que envolve cursos de ação disponíveis – neste caso, a escolha é, sobretudo, o que se entende por Turquia -, onde indivíduos plenamente dotados de racionalidade calculam os resultados que serão alcançados – “seria o neo-otomanismo a maneira correta de entender a Turquia? Gera ele o melhor resultado?”, pensariam – segundo uma ordem de preferências.

Contudo, é exatamente da pluralidade e das preferências que flutuam através de espaços que se entremisturam (contínuos e descontínuos, simultaneamente) que diversas emoções influenciam fenômenos políticos. Descartá-las em prol de um mecanicismo de decisões tomadas na mais plena racionalidade esvaziaria, em muito, fermentos indispensáveis ao neo-otomanismo, que derivam das emoções, exatamente.

Abordamos o papel das emoções na construção de uma identidade. Ao mesmo tempo, consideramos o neo-otomanismo como um projeto calcado em lógicas identitárias, que associam a Turquia contemporânea e o seu passado otomano. Neste sentido, é necessário esclarecer o que compreendemos por identidade. Ao fazê-lo, imediatamente, afastamo-nos da visão que homogeneíza os atores políticos. Se o papel assumido pela

Turquia fosse o mesmo, digamos, do Brasil, sem especificidades e ineditismos, poderíamos certamente dar por encerrada esta pesquisa.

Contudo, as diversas manifestações domésticas e internacionais assumidas pela Turquia e derivadas do neo-otomanismo emergem justamente de um campo identitário que distingue tal nação das demais, na produção de uma identidade específica: herdeiros do Império Otomano. É da particularidade que emerge a importância de pensarmos a identidade turca representada pelo neo-otomanismo – fundamental, mas não único, projeto identitário em curso na Turquia.

Esforço é também conferido em considerar aproximações e distanciamentos do neo-otomanismo com aquele que talvez tenha sido o principal projeto aglutinador de identidades na República da Turquia, o kemalismo. Isto nos leva diretamente ao entendimento de que a identidade não é coesa, mas fundamentalmente dividida.

Ao pensar a identidade, não devemos vê-la através de essencializações. Ou seja, a identidade não está contida em uma verdadeira essência assumida, um “Eu” pré-social (EPSTEIN, 2010). Não podemos, nesse sentido, extrair do neo-otomanismo a Turquia enquanto aquilo que *ela é*. Consideramos tal fenômeno como um projeto identitário exatamente porque é dele extraído certo núcleo de interpretações projetadas.

Ou seja, buscamos a partir do neo-otomanismo a Turquia como esse projeto a compreende, com suas consequências domésticas e internacionais. Mais uma vez, e seguindo a linha assumida por Epstein (Ibid.), rejeitamos a concepção de um “Eu” unificado. Este é, na realidade, “nada mais do que um construto imaginário que o indivíduo deve acreditar para compensar uma constitutiva falta que reside no cerne de sua identidade” (Ibid., p. 334, tradução nossa).

Assim, o que não consideramos particular à Turquia, mas sim um elemento geral presente em todo projeto identitário, é um vazio. Toda identidade, argumenta Epstein, possui em seu interior uma incapacidade crônica de ser preenchida. A identidade não é fixa, e sequer é alcançável,

em plenitude. Ela é um processo de permanente busca pelo alcance de si própria. E o que a caracteriza é exatamente a impossibilidade de se alcançar.

Eis o vazio. Tanto o kemalismo quanto o neo-otomanismo partem exatamente da pergunta “o que é a Turquia?”. Buscam responder a um vazio escancarado pelo fim cambaleante de um império centenário. A projeção identitária de Atatürk busca extrair da modernidade ocidental o futuro turco. A neo-otomana recorre sobretudo ao passado otomano.

Contudo, se percebemos a presença de continuidades, e não apenas rupturas, em larga medida isto deriva do fato de que nenhuma destas identidades, que almejam hegemonia discursiva, podem em definitivo responder à pergunta que se propõem. É exatamente o vazio, onde não há uma identidade essencial, que instiga tais processos.

A perspectiva de Epstein compreende a identidade exatamente neste processo dinâmico de identificação, onde é buscada a superação desse vazio. Ou seja, a identidade “aponta para uma falta, não para um lugar que pode armazenar uma identidade essencial” (Ibid., tradução nossa). Não existindo uma identidade totalmente formada e coerente, ela refere-se exatamente à “interminável e autodestrutível busca para projetar-se na ordem simbólica” (Ibid., p. 337, tradução nossa). É nesta ironia resguardada no conceito de identidade que amparamo-nos.

Observando a identidade no neo-otomanismo, alcançamos este perpétuo e impossível processo de compensação, nos termos de Epstein (Ibid.). Na mesma linha, não pretendemos dizer que “aquilo que funciona para o indivíduo, funciona para o estado”. A aproximação é realizada através de uma distinta lógica, a capacidade compartilhada por ambos – indivíduo e organização política – de falar.

“Estados, como indivíduos, posicionam-se em relação a outros estados pela adoção de certos discursos e não outros. Ademais, estes discursos funcionam como importantes princípios de coerência para o estado” (Ibid., p. 341, tradução nossa). Percebemos o neo-otomanismo

como um discurso pelo qual atores na Turquia contemporânea definem-se, portanto.

Recusando a ideia de unidade na identidade assumida, premissa assumida por muitos dos estudos sobre a identidade, como explica e contrapõe Zehfuss (2001), podemos buscar as continuidades e rupturas presentes no neo-otomanismo em relação ao kemalismo emergido após o fim do Império Otomano. Identidades, assim, apresentam uma instabilidade inescapável, sendo continuamente “articuladas, rearticuladas e contestadas” (Ibid., p, 338, tradução nossa). Ao buscar a projeção de uma identidade que se pretende hegemônica, fundamental é também a relação de alteridade.

Como expressa Campbell (1988, p. 4, tradução nossa), “inescapável como é, a identidade – pessoal ou coletiva – não é fixa pela natureza, dada por Deus, ou planejada pelo comportamento intencional. Ao invés disso, a identidade é constituída em relação com a diferença. Mas a diferença não é também fixada pela natureza, dada por Deus, ou planejada pelo comportamento intencional. A diferença é constituída em relação à identidade”.

Ou seja, é da diferenciação com outros projetos e atores hostis que muitos dos fundamentos identitários são extraídos, articulando inclusive ameaças (Ibid.). Por fim, envolvemos a identidade em um processo regulado de repetição, na expressão de um discurso de primazia e estabilidade com o intuito de alinhar a existência de uma comunidade política imaginada (Ibid.).

Ao fazer uso desta relevante e harmônica dupla conceitual – emoção e identidade -, o presente estudo oportuniza um tratamento não-usual para pensarmos a Turquia contemporânea, costumeiramente visualizada através de abordagens que pensam conceitos como populismo, nacionalismo e autoritarismo. Sem rejeitar a importância destes – e buscando incluí-los em determinados momentos-, consideramos que valiosas contribuições para entender o neo-otomanismo - fenômeno que, como citado, em muito ultrapassa somente a Turquia, revelando-nos

dinâmicas muito mais amplas – poderão ser encontradas a partir das sustâncias teóricas apresentadas.

Ao mesmo tempo, esperamos também contribuir para a própria literatura que pensa o papel das emoções e da identidade na política internacional. O caso turco envolve complexidades fascinantes para esta literatura, apresentando diferentes projetos identitários que simultaneamente suscitam emoções aparentemente contraditórias. Ainda, ao observamos alguns dos fatores envolvidos na emergência do neo-otomanismo, mais amplamente também consideramos como uma identidade pode se ressignificar e expandir. Por fim, as próprias manifestações de neo-otomanismo em curso podem representar preciosos insumos para melhor percebermos o já citado papel da dupla conceitual utilizada na política internacional.

Metodologia

Compreendendo o neo-otomanismo como a identidade executora de práticas políticas no presente a partir da mobilização de emoções referentes a um passado otomano, o presente estudo incorpora três movimentos analíticos: uma revisão de literatura sobre teorias que abordam a identidade e as emoções na política internacional, bem como explorações da percepção conceitual do neo-otomanismo a partir destas teorias; uma exploração histórica daquilo que culminará no neo-otomanismo; e suas manifestações políticas na contemporaneidade.

Pensar a identidade em termos das mudanças que buscam promover na sociedade, ao mesmo tempo em que revelam forças que operam permanências nessa sociedade, exige uma revisão teórica daquilo que compreendemos por identidade, especialmente no que concerne à sua dimensão coletiva, como no caso turco. Para isso, recorreremos a algumas das principais contribuições do campo das Relações Internacionais para o debate sobre a identidade, averiguando regiões onde as dinâmicas em

curso na Turquia contemporânea mobilizam a lógica identitária representada pelo neo-otomanismo.

A identidade, longe de um alcance através de um ato fundador, é constantemente repetida, fundamentando sua constituição performática. Como explica Campbell, o Estado não possui um *status* ontológico separado dos atos que constituem sua realidade, de modo que sua presença é produzida por um discurso de uma identidade primária e estável, que deve ser regularmente reproduzida. Essas assíduas expressões poderiam justificar um infundável exame da totalidade de casos em que a identidade neo-otomana é presente.

Com isso, a pesquisa investigará acepções sobre a história turca articuladas pelo neo-otomanismo, produzindo significados específicos da Turquia, sua identidade e o papel que tal nação deve desempenhar, tanto para a interpretação neo-otomana quanto para projetos alternativos. Partimos do pressuposto de que as substâncias identitárias representadas pelo neo-otomanismo se corroboram com a ideia de que Estados nunca estão finalizados enquanto entidades. A natureza performática da identidade nunca é totalmente revelada, e neste sentido podemos compreender o projeto neo-otomano enquanto um fenômeno avizinhado de uma série de outros discursos, outros projetos, que mobilizam distintas lógicas identitárias na construção de uma nação.

Entre estes, ocupará espaço privilegiado o kemalismo, projeto que surgiu após o fim do Império Otomano e a consequente proclamação da República da Turquia por Mustafa Kemal Atatürk, conforme discutido na seção anterior. À luz do acima exposto, a pesquisa trabalhará o neo-otomanismo não apenas em suas marcantes rupturas com outros projetos, mas também em suas continuidades, na manutenção de temas, ideias e imaginários.

Ainda, uma vez que o neo-otomanismo constrói-se em meio a um vultoso processo histórico, esse processo deve ser entendido por meio de uma avaliação das condições de emergência para tal fenômeno, especialmente da leitura que ele faz do passado turco. Neste passo

analítico, devemos nos lembrar da própria gênese do neo-otomanismo, em distanciamento ao kemalismo. Atentando-se a um breve panorama da história turca, não apenas esperamos mais satisfatoriamente contextualizar a situação ocupada pelo neo-otomanismo, mas também salientar seus procedimentos no íntimo de uma de suas mais importantes considerações: a memória.

Sendo este um projeto político de enaltecedora alusão ao passado representado pelo Império Otomano para a formação de uma Turquia moderna, da memória são extraídas forças que dialogam profundamente com o passo anterior. Ou seja, pensar a história da Turquia de acordo com o entendimento neo-otomano do Império Otomano e a república formada a partir de seu fim é adentrar um processo de significação conferida na produção de uma memória compartilhada, representada em uma identidade coletiva.

Visando absorver tais manifestações dos atores que mais diretamente expressam a memória citada, serão observados discursos de figuras políticas de relevo e suas alusões históricas ao passado turco. Ademais, ainda que incipientes, valiosos estudos sobre o Império Otomano, seu processo de desagregação (central para o entendimento neo-otomano) e a história da Turquia contemporânea fornecerão insumos fundamentais para a compreensão histórica aqui almejada. Verdadeiramente escassos são os trabalhos que realizam tal aplicação histórica a partir da leitura neo-otomana, de forma que esta constitui uma das contribuições pretendidas por esta pesquisa. Ainda assim, autores como o cientista político turco Hakan Yavuz trabalham aspectos que podem iluminar o movimento analítico exposto.

Satisfazer o objetivo do presente estudo, ou seja, perceber a mobilização do passado otomano na Turquia contemporânea, demanda ainda atenção às dinâmicas políticas correntes, levadas a cabo pelo governo de Recep Tayyip Erdoğan. Se, no passo anterior, uma reflexão histórica sob a lente neo-otomana deverá ser apresentada, aqui almejamos esmiuçar algumas das principais decisões de política doméstica e externa

da Turquia nos últimos anos, observando declarações públicas, posicionamentos em questões internacionais e dinâmicas políticas internas, dentre outras.

Fenômenos sócio-políticos, da maneira que estes são aqui compreendidos, mesmo quando manifestos sobretudo no campo discursivo, entranham-se na realidade política, justificando ideias e práticas. O neo-otomanismo, como fenômeno que se exterioriza com a chegada de Erdoğan ao poder, se apresenta em diversas esferas políticas da Turquia contemporânea, suportando intervenções em conflitos, manifestações visuais (como desfiles, obras arquitetônicas, etc.) e relações bilaterais, dentre muitos outros. Assim, as reverberações discursivas e práticas da memória otomana articulada pela identidade neo-otomana na atualidade serão exploradas na última etapa da pesquisa.

Para tanto, alguns casos marcantes nos quais podemos perceber o neo-otomanismo em curso deverão ser brevemente apresentados. A seleção de casos relevantes para estas análises deriva sobretudo de um levantamento dos principais temas tratados pela literatura que se propõe a pensar o neo-otomanismo, direta ou indiretamente. Dentre eles, podemos citar a Primavera Árabe, a Questão Curda, a relação entre a Turquia e a União Europeia, a construção visual do projeto de Erdoğan e muitos outros.

As observações destes casos abastecerão, em parte, os entendimentos políticos correntes aspirados por esse movimento analítico. Ainda, posicionamentos do governo turco, tanto doméstica quanto externamente, serão duplamente valiosos: por um lado, possuem valor factual, representando fontes para a extração de informações sobre casos estudados; por outro, possuem cargas semânticas que podem ser analisadas através da lente neo-otomana.

Analisar as formas com que a identidade e as emoções tem sido abordadas como componentes indissociáveis da política internacional, ao lado da inserção conceitual do neo-otomanismo; explorar as rearticulações históricas com que o neo-otomanismo passou a ser reivindicado como a

coluna vertebral da identidade nacional na Turquia; captar suas manifestações políticas contemporâneas. Através desses três movimentos analíticos, pretendemos colocar em evidência algumas das principais dimensões do neo-otomanismo, pensando-o não como um evento isolado e recente, mas como uma disputa identitária que já vem sendo pautada há anos e agora, sob Erdoğan, adquire contornos discursivos específicos em políticas domésticas e externas.

1

Neo-otomanismo, identidade e emoção

1.1

A relevância de identidade e emoção

O *mainstream* consolidado na disciplina de Relações Internacionais, representado pelas visões realista e liberal, especialmente a partir do alvorecer do século XX, por décadas regeu parte substancial da forma de se pensar a política internacional. Mesmo com a propagação de estudos alternativos, distanciando-se de pressupostos tradicionalistas – como o de racionalidade –, lógicas diretamente derivadas do realismo e do liberalismo seguem predominando análises de casos na política internacional. É precisamente esta a forma pela qual a Turquia de Erdoğan costumeiramente é avaliada, tanto em ambientes acadêmicos quanto midiáticos.

Não pretendemos aqui construir um espantalho destas teorias. Suas relevâncias são inegáveis, e muito meritosas em circunstâncias amplas. Contudo, a particularidade do processo em curso na Turquia, desde a sua fundação em 1923, é parcialmente a pungente tensão provocada pela pergunta: “O que é a Turquia?”.

Da remoção ao passado otomano provocada pela lógica inaugurada por Mustafa Kemal Atatürk, percebido como “pai fundador” da nação turca, ao profundo relevo conferido a este mesmo passado pelo neo-otomanismo de Erdoğan, a resposta a esta pergunta encontraria limitações se circunscrita à racionalidade tradicionalista, somente.

Afinal de contas, são pessoas, e não calculadoras ou abstrações estatais, que tomam decisões. É preciso compreender o ambiente psicológico que permeia o processamento de informações do mundo político, a partir de crenças, traumas, memórias e afins. Isto é, as experiências impactam a forma pela qual pessoas observam determinadas situações. Ao observar o neo-otomanismo, nesta linha, estamos observando uma imagem simplificada de mundo por ele produzida (SPROUT & SPROUT, 1969).

Nos aproximamos da impropriedade de pensar em termos de cálculos racionais a partir de um *ranking* de preferências claramente delimitado para atores que, na realidade, estão inseridos em ambientes sociais que não são naturalmente dados, mas sim construídos pelas interações entre pessoas e Estados (ONUF, 1989).

Ainda, em acordo com Wendt (1992), nos associamos com a ideia de que os Estados possuem identidades relacionais, ou seja, construídas na interação entre os Estados. Essas identidades, portanto, não seriam dadas, não teriam aparecido ao acaso, não estiveram sempre e não estão condenadas a ser sempre assim.

Pensamos, com isso, exatamente nas dimensões mobilizadas a partir de identidades, manifestadas através de emoções, para alcançar o âmago do que o neo-otomanismo representa, tanto em suas afirmações – na hereditariedade ao passado otomano –, quanto em suas negações – especialmente à dinâmica secular e ocidentalizante do kemalismo inaugurado por Atatürk.

Emoções exercem influências fundamentais em decisões e julgamentos que orientam conduções, percepções e avaliações de política internacional (HUTCHISON & BLEIKER, 2014). Em um processo de retroalimentação, emoções originam e reagem a fenômenos do mundo político, e dificilmente poderíamos alcançar reflexões profícuas destes fenômenos sem compreender o como são impactados por e impactam dimensões emocionais.

Estas emoções, especialmente quando são coletivizadas e

intrincadas socialmente, permitem-nos ainda escapar de homogeneizações essencialistas sobre o que um determinado ator, neste caso a Turquia, de fato é. A partir do trânsito e difusão de sentimentos, por vezes contraditórios, nos diversos estratos sociais e políticos, verificamos a multiplicidade de interpretações sobre experiências e perspectivas compartilhadas.

Constituídas a partir de tradições culturais como a linguagem e a memória (Ibid.), podemos conceber o papel das emoções como ainda mais vigoroso no tratamento articulado a um passado coletivo. No caso turco, especialmente a partir da renúncia ou nostalgia em relação ao passado otomano. Perceber as rupturas e continuidades proporcionadas pelo neo-otomanismo é, com isso, compreender o como um mesmo ator pode se definir, simultaneamente, de formas complexas e mesmo contraditórias.

Exatamente por envolver concepções profundas sobre o pertencimento a uma coletividade política, emoções entremisturam-se com aquilo que entendemos como identidade. Como citado, a exteriorização de emoções – processo onde tornam-se coletivas e políticas -, pode ser representada por imagens, narrativas e outros. E é na representação emocional do sentimento otomanista que uma identidade específica é constituída e moldada a partir de laços comuns de pertencimento, unidade.

Assim como para as emoções, o esforço de captar dimensões identitárias constitui um afastamento da homogeneização. As práticas domésticas e internacionais da Turquia a partir do neo-otomanismo são derivadas, como citado, de uma lógica identitária que a distingue das demais nações, produzindo a especificidade de uma identidade enquanto herdeira política e territorial de um dos maiores e mais longevos impérios, o Otomano. Essa particularidade produz um senso de identidade específico, que dialoga – na sintonia e contraposição – com diversas outras manifestações de identidade, na Turquia e fora dela.

Essencialmente dividida em seu cerne, a identidade não assume uma essência pré-social (EPSTEIN, 2010), mas projeta interpretações contidas em uma ideia de “Eu”, individual ou coletivo. E este processo

carece, desta vez sim essencialmente, de uma unificação semântica em torno daquilo que constitui este “Eu”. É na multiplicidade de manifestações contidas no entendimento próprio de uma identidade que se busca a compensação desta falta de naturalidade, fundamento ou espírito perene de uma coletividade, como no caso turco.

Em consonância com Epstein (Ibid.), nos associamos à mencionada incapacidade crônica de ser preenchida que permeia o interior de toda identidade. Na busca permanente por alcançar uma identidade, a única permanência de fato é a busca. É da impossibilidade de um alcance que se caracteriza tal busca pelo preenchimento de um vazio: a essência presente na ausência de uma essência atingível.

O neo-otomanismo, portanto, apresenta-se como uma tentativa de preenchimento dos componentes constituintes da identidade turca. É a busca neo-otomana aquela que, especialmente desde a ascensão de Erdoğan ao poder, projetou-se como discurso central para atender ao vazio evidenciado pelo fim do Império Otomano. A identidade é, como explica Epstein (Ibid.), uma falta, e não um repositório de essências. Um processo perpétuo e impossível de compensação, que envolve uma instabilidade inescapável de articulações e contestações (Zehfuss, 2001).

Igualmente importante é que o processo de construção identitária, ao pressupor um “Eu”, constitui-se em relação à diferença, um “Outro” (Campbell, 1988). Não à toa, ao falarmos do “Eu” neo-otomano, nos deparamos com diferenças construídas em relação àqueles que não pertencem ao domínio semântico da identidade que se pretende alcançar.

Campbell (1988) expressa que, ao traduzir a diferença como uma ameaça, seu discurso passa a permear a formulação da política externa de países, ampliando a construção de um “Eu” em contraposição ao “Outro”. A identidade, portanto, pode envolver essa relação depreciativa com a diferença.

Podemos, assim, pensar em uma relação do dentro/fora, onde o espaço de identidade (dentro) é visto como soberano, não questionável, e o “fora” é caótico e disfuncional, ameaçando a estrutura interna coesa do

“Eu” (WALKER, 1992). Ao mobilizar o passado otomano na prospecção de uma identidade específica, neo-otomana, este “Outro” constantemente é mutável. Por vezes, este “Outro” está na Europa ou nos Estados Unidos, vistos como culpados pelas mazelas da sociedade turca. Em outros casos, dentro da própria Turquia ou nos seus arredores, como muçulmanos não-sunitas⁷, armênios ou curdos. O neo-otomanismo, especificamente, constrói este “Outro” sobretudo o relacionando ao kemalismo.

Este espaço de identidade visto como soberano, ademais, precisa ser frequentemente produzido e reforçado, ou seja, exteriorizado. Não percebemos aqui o neo-otomanismo como uma identidade construída de cima para baixo, mas sim como fruto de processos históricos relacionados ao fim do Império Otomano. Entretanto, a chegada de Erdoğan ao poder posiciona esta lógica identitária na governança do Estado.

A partir disso, intensifica-se o processo de reforçar sentimentos já presentes por segmentos distintos da sociedade turca, ressignificar (e, em certos casos, radicalizar) muitos deles e despertar sentimentos novos, a partir das especificidades do neo-otomanismo de Erdoğan.

Sendo a identidade um discurso, se faz necessário o uso de mecanismos simbólicos para a mobilização destes sentimentos sintonizados ao neo-otomanismo. São estas performances que exteriorizam discursos em torno de uma identidade. Assim, elementos como hinos, bandeiras, filmes e desfiles instigam ênfases indispensáveis no projeto identitário (WEBER, 1995). Não à toa, como citado, o neo-otomanismo faz uso constante de tais elementos simbólicos na projeção de sua lógica identitária-discursiva, mesclando referências à Turquia e a elementos históricos do Império Otomano para despertar emoções.

1.2

Otomania e neo-otomanismo

Uma primeira distinção se faz necessária, entre a otomania

⁷ O califado otomano é da vertente sunita do Islã, e articulações do passado otomano, como veremos, constantemente envolvem a mobilização religiosa de vertente sunita, maioria na Turquia atual.

(entendida como emoção) e o neo-otomanismo (entendido como identidade). Não necessariamente o sentimento nostálgico em relação ao passado otomano manifesta-se conforme aquilo que articulamos enquanto neo-otomanismo. Conforme exposta, a relação entre emoções e identidades é profunda e de caráter simbiótico. Emoções inflamam componentes indispensáveis à construção identitária. Contudo, são conceitos distintos.

Assim sendo, podemos separar as emoções – especialmente nas formas de nostalgia e trauma - em relação ao Império Otomano das manifestações identitárias presentes no projeto neo-otomano. Esta divisão não é banal. Mesmo entre os núcleos sócio-políticos vinculados ao sentimento nostálgico ao passado otomano, os significados daquilo que se “sente falta” não são unificados.

Para alguns, a nostalgia otomana se manifesta conforme o entendimento de um império multiétnico, multilinguístico e multireligioso, onde grupos diversos coexistiram em relativa harmonia por séculos. Um modelo de pluralidade, cosmopolitismo. Para outros, o Império Otomano simboliza o predomínio da civilização islâmica, especialmente sunita, e o modelo de resgate deste esplendor segundo critérios sobretudo religiosos.

As linhas entre tais interpretações são costumeiramente sutis, e nenhuma delas é inteiramente verdadeira ou falsa. Um claro exemplo desta sutileza pode ser vinculado à figura de um dos mais importantes sultões da história otomana: Mehmed II, o conquistador de Constantinopla. Em 1453, o vetusto sonho de conquistar a Maçã Vermelha⁸ representada pela capital romana/bizantina foi enfim alcançado. A Conquista de Constantinopla representou não apenas o ápice do poder otomano, mas foi também um dos marcos políticos mais importantes da humanidade, costumeiramente retratado como o momento que encerra a Idade Média (FINKEL, 2005).

Mehmed II, por isso, é constantemente elevado ao patamar de

⁸ Termo utilizado na história otomana como sinônimo de um grande objetivo. Em grande medida, a Maçã Vermelha era representada exatamente pela lendária capital romana/bizantina, Constantinopla. Mais do que uma cidade, representava o símbolo do domínio universal. A própria representação física da ideia de “império”.

grande referência enquanto líder muçulmano por Erdoğan e seus aliados políticos. Quando tornou-se prefeito de Istambul (antiga Constantinopla), em 1994, Erdoğan comemorou a vitória de seu projeto político chamando-a de “uma nova Conquista de Constantinopla” (YAVUZ, 2020). Constantes são as alusões ao esforço que a Turquia deve fazer em seu caminho para a glória, nos moldes do longo esforço para solapar o Império Romano/Bizantino e tomar sua capital. Sendo Constantinopla símbolo de um poder europeu, a Conquista é vista também como uma afirmação da superioridade muçulmana perante o Ocidente cristão (Ibid.).

O Conquistador, contudo, foi também um profundo estudioso e admirador da cultura ocidental, e tinha Alexandre (o Grande) como grande inspirador. Mehmed II possuía, segundo relatos, fluência em turco, persa e árabe, bem como grego falado, um dialeto eslavo e um pouco de latim - e ficou fascinado por história e geografia, ciência, engenharia prática e literatura (FREELY, 2011). Um inventário dos livros presentes na corte otomana em 1502 (em parte adquiridos exatamente durante o sultanado de Mehmed II) revela obras contendo conselhos de Aristóteles à Alexandre, escritos de Platão, e tratados militares em latim e italiano, dentre muitas outras fontes ocidentais, ao lado de diversas outras contribuições árabes e turcas em campos científicos, religiosos, militares e artísticos (NECIPOGLU & FLEISCHER, 2019).

Mehmed II representa exatamente a tensão entre dois tipos distintos de nostalgia em relação ao passado otomano – exploradas em seções subsequentes -, que podem ser categorizadas como uma nostalgia cosmopolita (a partir da pluralidade de povos, línguas e religiões) e outra étnico-religiosa (acentuando o caráter turco-muçulmano do Império). Sobretudo a nostalgia étnico-religiosa é aquela que mobiliza em seu sentimento uma nunca aceitação das reformas ocidentalizantes implementadas pela República. A nostalgia se constitui exatamente como esta emoção banhada pela história e com fortes implicações políticas (YAVUZ, 2020).

Um caso especialmente instigante, que considero passível de

contemplação pela nostalgia cosmopolita, pode ser associado à obra do escritor Orhan Pamuk (2007). Em meio às ruínas romanas e otomanas, e principalmente considerando este passado grandioso reservado à Turquia e, no livro de Pamuk, especificamente Istambul, o autor cita a ideia de melancolia (*hüzün*). Suas referências à esta melancolia antecedem, em muito, a chegada de Erdoğan ao poder. Há, neste sentido, um sentimento antagônico àquele produzido pela Turquia inaugurada por Atatürk, de afastamento. Discursos nostálgicos, ou que ao menos percebiam elementos da memória otomana positivamente eram marginalizados na lógica governamental. Eles permaneceram existindo, porém.

Independentemente de suas distinções, ambas as formas de nostalgia citadas representam um conjunto de emoções positivas embutidas no passado otomano. A estas emoções nostálgicas nos referimos aqui como “otomania”, autoestima de um passado visto como glorioso e referencial para a organização da Turquia contemporânea, direta ou indiretamente. A otomania, conforme Sochaczewski (2013), representa exatamente a ascensão da nostalgia otomana, revisitando um passado por muito tempo percebido como rechaçado pelo projeto kemalista.

Embora Sochaczewski (Ibid.) faça uso do termo de forma mais ampla, circunscrevendo nele práticas de política doméstica e externa, e equiparando-o ao que aqui consideramos parte da concepção do conceito de neo-otomanismo, considero pertinente para os presentes fins seu enquadramento específico na dimensão emocional do tratamento ao passado otomano.

O neo-otomanismo, por sua vez, é aqui percebido como o conceito que agrupa a formação identitária específica que se representa pelo projeto de Erdoğan e seus aliados políticos. E considerando que a identidade apresenta em si a necessidade de atos performáticos (CAMPBELL, 1998), o neo-otomanismo se caracteriza pela execução de práticas políticas a partir da mobilização do passado otomano, na dimensão interna e externa, que se complementam em torno de uma ideologia comum. Identidade e prática equiparadas.

Sua consonância está hoje sobretudo vinculada à nostalgia – e, portanto, otomania, étnico-religiosa. Contudo, o neo-otomanismo inicialmente parece, em termos efetivos, em maior contato com a dimensão cosmopolita, como veremos. Entendemos, assim, a otomania enquanto o conjunto de emoções nostálgicas que alimentam o projeto identitário representado pelo neo-otomanismo.

1.3

A identidade neo-otomana

Da exploração conceitual do neo-otomanismo realizada por Yavuz, podemos revelar as substâncias constitutivas desta identidade. O projeto centrado no AKP contém em sua essência um profundo sentimento nostálgico em relação ao Império Otomano, e busca fortalecer o Estado turco segundo referências otomanas e religiosas.

Uma vasta e duradoura sombra do passado otomano avolumou-se, encobrindo diversos segmentos – sobretudo os conservadores/religiosos – da sociedade turca. Esta sombra, definitivamente revelada por Erdoğan, envolveu a vida cotidiana e alimentou noções de um passado saudoso, simultaneamente real e idealizado, segundo percepções que, no caso neo-otomano, se manifestam conforme fortes ingredientes religiosos.

A era dourada atribuída ao período otomano aglutinou-se em uma construção específica de otomanismo, que se manifesta no interesse turco em sua própria história para resolver dificuldades presentes (YAVUZ, 2020). A autoestima evocada pela identidade neo-otomana posiciona ainda a Turquia como uma liderança natural nas regiões ora pertencentes ao Império Otomano e, de forma geral, no mundo muçulmano.

Uma das mais impactantes emoções contidas na identidade neo-otomana é, decerto, o trauma. Conforme veremos adiante, o longo declínio otomano, culminando em um encerramento definitivo desta unidade política em 1923, produziu uma memória profundamente traumática. Esta deriva especialmente das invasões e do imperialismo,

sobretudo ocidentais, mas também da Rússia, e da construção do Império Otomano como o “Homem Doente da Europa”. O neo-otomanismo, nesta linha, pode assumir discursos de resistência anti-imperialista/colonial.

Devemos acentuar que ao falarmos de um Oriente percebido como simultaneamente atrasado e exótico, sob a lógica do orientalismo, este Oriente corresponde em grande parte ao Império Otomano, o que gera consequências não apenas para a imagem do Ocidente sobre o Oriente, mas também para a própria autoimagem oriental. Said (2007) explica que o orientalismo se associa extamente às práticas imperialistas conduzidas pelas sociedades ocidentais, fazendo uma leitura das sociedades nativas do Oriente que servia aos interesses de poder do Ocidente. As supostas diferenças civilizacionais, representadas até mesmo em textos literários, justificariam empreendimentos imperialistas (SAID, 1995).

A construção do “Outro” oriental é fundamental para uma identidade ocidental. Octavio Paz (2013) explica a tendência de sociedades – aqui incluídas sob a égide do conceito de identidade – de se assentar em uma pedra angular que não apenas define a si própria, mas também se afirma diante das outras. Divide-se o mundo entre cristãos-pagãos, muçulmanos-inféis, civilizados-bárbaros, etc. Em suma, nós-eles. Para o autor (Ibid.), a sociedade ocidental divide o mundo sobretudo entre o moderno e o antigo.

Evidentemente, nomear-se enquanto detentor da ideia de civilização, opondo-a à barbárie de outrem, cultiva distinções da ordem de “progresso” e “atraso”. Contudo, a fundamental colocação de Paz pode ser percebida na especificidade europeia (Ibid., p. 31): “Não é a primeira vez que uma civilização impõe suas ideias e instituições a outros povos, mas é a primeira que, em vez de propor um princípio atemporal, postula como ideal universal o tempo e sua mudança”. A inferioridade, que podemos atrelar à barbárie, assumida advém de um suposto atraso, da ausência de modernidade. E uma modernidade peculiar, considerada pelo Ocidente como exclusivamente sua.

A identificação do Ocidente enquanto representante central de um

procedimento histórico de progresso e superioridade perante os supostos atrasados encontra suas facetas mais terríveis nas relações coloniais: “Uma teleologia evolucionária de supremacia branca informava as políticas domésticas e internacionais dos maiores Estados ocidentais e racionalizava suas políticas de dominação racial branca resumida na escravidão, conquista imperial, colonização e genocídio” (HENDERSON, 2015, p. 20). Com isso, brancos eram assumidos de possuir a civilização, enquanto não-brancos eram situados em estágios inferiores, de barbárie ou selvageria.

Ainda “(...) colonos e teóricos sustentaram que povos nativos possuíam religiões, hábitos sociais, sentimentos morais e estruturas políticas inferiores”, segundo Grovogui (2002, p. 326). Na linha evolutiva que culminaria no progresso ocidental, estes povos seriam atrasados. E deveriam, portanto, contar com a tutela dos civilizados para alcançar o progresso. Esta lógica dialoga profundamente com a representação do homem racional lockeano, resguardando aos povos “atrasados” o papel de crianças que devem ser apresentadas ao progresso.

Adão foi criado como um homem perfeito, seu corpo e sua mente em completa posse de sua força e de sua razão, e assim foi capaz, desde o primeiro instante, de promover seu próprio sustento e preservação, e governar suas ações de acordo com os ditames da lei da razão nele implantada por Deus. A partir dele o mundo foi povoado com seus descendentes, que nasceram todos bebês, frágeis e desamparados, sem conhecimento ou compreensão (LOCKE, 1994, p. 115).

Segundo a visão neo-otomana, o fascínio ocidental despertado no âmago do projeto kemalista pode ser entendido exatamente como produto desta relação. Como veremos, o kemalismo culmina de um processo de contatos entre otomanos e europeus, especialmente onde os primeiros buscavam superar sua noção de atraso na compreensão e posterior adoção de noções europeias, no momento de declínio do Império.

Hesitante em situar o neo-otomanismo como uma resposta anti-colonial, o consideramos aqui como uma identidade que possui dimensões profundamente associadas às experiências colonial e imperialista. Parte deste receio está no fato de que o neo-otomanismo se contrapõe a um dos principais pilares de abordagens anti-coloniais: o rechaçamento às

essencializações. Enquanto identidade que se pretende hegemônica, o neo-otomanismo projeta essencializações diversas sobre o que significa a Turquia.

A identidade neo-otomana encorpou-se também em larga medida com a rejeição da EU à adesão turca, finalizando o projeto de ocidentalização da Turquia iniciado com Atatürk. Assim, o passado otomano, e não o futuro ocidental, tornou-se a base para essa identidade turca, forjada na combinação entre a memória otomana e valores islâmicos. Percebe a Turquia como vítima das grandes potências, e almeja um futuro de relevo, diretamente relacionado ao passado: por um lado, escapando das perdas; por outro, perseguindo as glórias. Sendo parte constituinte de uma identidade, o Império Otomano não se manifesta somente na política, mas é um imaginário social, um conjunto de emoções e uma forma de comportamento (YAVUZ, 2020).

O termo “neo-otomanismo” surgiu bem antes da ascensão de Erdoğan. Cunhado por David Barchard, um jornalista britânico, em 1985, este era compreendido como uma consciência do passado otomano (Ibid.).

Contudo, aqui o utilizamos em consonância à Erdoğan e seu projeto como forma de diferenciá-lo de manifestações nostálgicas anteriores, que podem ser chamadas de otomanistas. O neo-otomanismo, conforme o entendemos, significa este retorno à padrões relacionais derivados do Islã e entravado na experiência otomana (Ibid.). O passado otomano, portanto, é central. Assim o sendo, devemos compreender esta centralidade.

2

Do Império à República

2.1

Nostalgia: fundação e ascensão do Império Otomano

Aproximadamente 100 anos atrás, em outubro de 1923, o outrora vasto e poderoso Império Otomano sucumbia após um longo e tortuoso declínio. Antes de falar sobre o seu fim, devemos relatar parte de sua

história, de extrema relevância para o neo-otomanismo. A história otomana destaca-se à primeira vista por sua extensa duração: por volta de 1.300 até 1923, constituindo mais de 600 anos.

A região da Anatólia, anteriormente de larga ocupação bizantina, foi gradualmente ocupada por grupos étnicos túrquicos, principalmente reunidos em torno do Império Seljúcida. Com o fim deste império, a região foi dividida em *beys*, pequenos principados. Em meados de 1300, Osman I, chefe de um pequeno clã do povo turcomano iniciou a expansão do que antes era um pequeno território na região da Anatólia (Ásia Menor), herdado de seu pai, Ertuğrul. Nascia a dinastia otomana (cujo nome deriva de Osman), envolta em lendas e profecias.

Conta o mito fundador otomano que certa noite Osman, enquanto era hospedado pelo líder religioso Sheikh Edebali, recebeu um sonho profético onde viu a si e seu anfitrião descansando um ao lado do outro. Do seio de Edebali, uma lua cheia emergiu e mergulhou sobre Osman. Após, uma graciosa árvore brotou, crescendo em beleza e força. Seus galhos lançavam sombras que cobriam o mundo. Das raízes, brotaram quatro rios (Tigre, Eufrates, Danúbio e Nilo). Viam-se navios inumeráveis nas águas, campos cobertos e vales brilhando enormes cidades. Cada folha dos galhos da árvore tinha a forma de uma espada, e um vento forte apontou as pontas destas folhas em direção a várias cidades do mundo, mas principalmente Constantinopla. Osman via a capital bizantina como um diamante entre duas safiras e duas esmeraldas, formando a pedra mais preciosa de um anel representando o império universal. Quando acordou, Osman sentiu estar posicionando aquele anel em seu dedo (FINKEL, 2005).

O mitológico Sonho de Osman constitui uma imprescindível fonte de compreensão da noção de um destino glorioso para seus herdeiros. De conquistas, liderança e autoestima. Por séculos, essa hereditariedade foi traçada em relação ao sultanato (e, posteriormente, também califado) otomano, gerido por descendentes diretos de Osman. Mehmed II, Conquistador de Constantinopla, era verdadeiramente obcecado pelo “anel

que representava o império universal”. Com o eventual nascimento da República da Turquia, a continuidade percebida entre Império Otomano e Turquia orienta em grande medida a identidade neo-otomana, transferindo tal hereditariedade para o Estado e, especialmente, Erdoğan.

Osman gradualmente conquistou territórios vizinhos, e colocou sua dinastia em choque direto com os bizantinos. Orhan I, filho do fundador otomano, cruzou o estreito de Dardanelos e iniciou a expansão pela Europa. Murad I, próximo sultão otomano, conquistaria Adrianópolis em 1362 (renomeada como Edirne e feita capital) e organizou a criação dos janízaros, força militar permanente e espinha dorsal do exército otomano, projetando uma imagem de poder militar estruturado talvez visto pela última vez nos tempos de Roma. Os janízaros acabariam se tornando uma das principais manifestações imagéticas do Império, constantemente referenciados por Erdoğan.

No transcorrer dos séculos, o Império Otomano alcançou vastas regiões. Em seu ápice, sob o sultanato de Suleyman (conhecido como “O Magnífico” no Ocidente e “Fazedor de Leis” no Oriente, reinando de 1520 à 1566), o território otomano constituiu áreas que hoje (inteira ou parcialmente) equivalem à Turquia, Armênia, Geórgia, Azerbaijão, Iraque, Arábia Saudita, Líbia, Iêmen, Jordânia, Chipre, Israel, Palestina, Síria, Líbano, Kuwait, Grécia, Bulgária, Macedônia, Sérvia, Albânia, Croácia, Montenegro, Ucrânia, Romênia, Moldávia, Hungria, Bósnia e Eslovênia.

Imagem 3 – Mapa da expansão otomana.

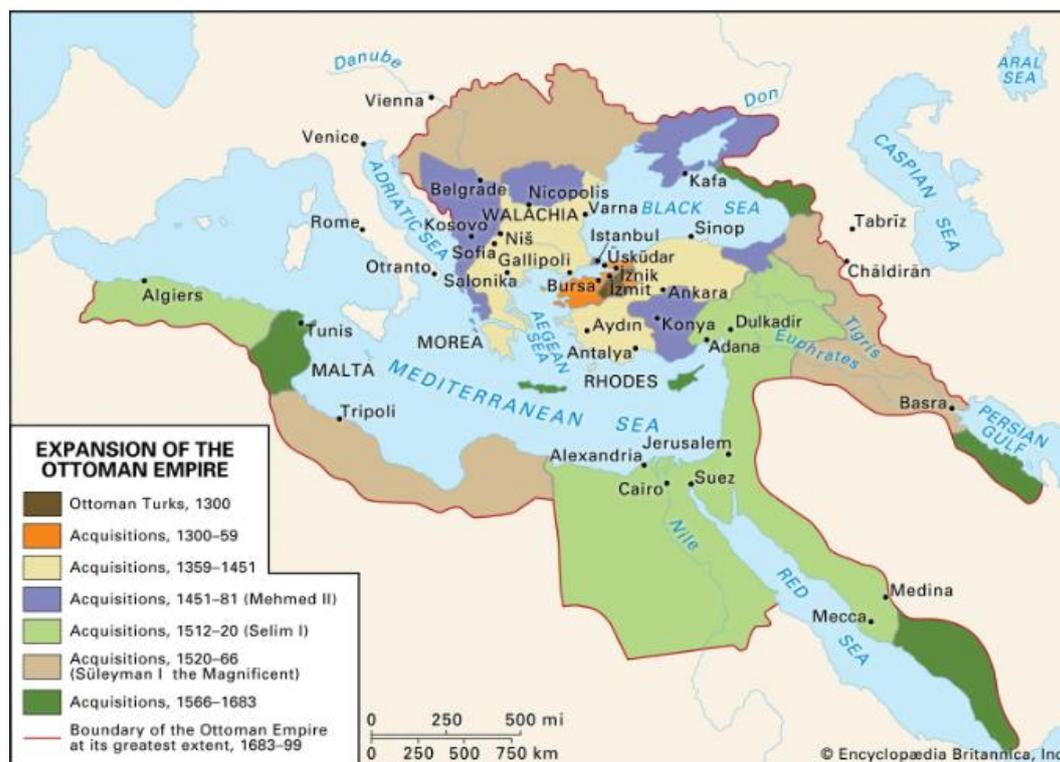


Imagem 3 – Fonte: MALCOLM EDWARD YAPP; STANFORD JAY SHAW. *Ottoman Empire | Facts, History, & Map*, 27 nov. 2018. (Nota técnica).

2.2

Trauma: declínio e queda

A ascensão otomana pode ter seu fim delimitado pelo fracasso na segunda tentativa de conquistar Viena, em 1683. Desta data até 1922/1923, usualmente fala-se em um declínio. Vale ressaltar a arbitrariedade destes marcos, uma vez que o período que preenche tal declínio supera em longevidade a própria duração do ápice britânico (QUATAERT, 2000).

O processo de queda otomana é acelerado especialmente a partir de dois marcos importantes. Primeiramente, a anexação russa da Crimeia, em 1783, fruto da expansão da Rússia tendo em vista o domínio do Mar Negro. A histórica rivalidade russo-otomana se intensifica neste momento, culminando posteriormente na Guerra da Crimeia, 1853-56 (FIGES, 2010). O segundo marco é a invasão napoleônica do Egito e da Síria, em 1798. Os já relevantes traumas otomanos em relação à Europa crescem com a perda de territórios.

Neste longo declínio, a percepção de inferioridade dentro do Império Otomano exponencialmente crescia, mesclada a um desespero por manter a sua integridade política e territorial. Ainda assim, gradualmente o ora expansivo império começava a perder territórios. O período que culmina na chegada de Atatürk ao poder é costumeiramente interpretado como uma demonstração de defasagem e obsolescência. Diversas tentativas de modernização foram postas em prática, muitas delas buscando orientar a sociedade e o desenvolvimento do Império para lidar com a Era das Revoluções iniciada na Europa, constituída pelas revoluções Francesa e Industrial (HOBSBAWN, 1996).

Já por volta do século XIX, o Império Otomano começa a enviar representantes à Europa com o intuito de estudar as instituições ocidentais. Esta tradição impactaria profundamente movimentos fundamentais para os grupos que, liderados por Mustafa Kemal Atatürk, posteriormente fundariam a Turquia (SHAW & SHAW, 1997). Ao mesmo tempo, dois produtos das Revoluções europeias viriam a estremecer ainda mais as bases otomanas: o imperialismo – na ocupação de territórios ora pertencentes ao Império, como na invasão francesa da Argélia - e o nacionalismo – inflamando movimentos de independência em grupos étnicos sob o domínio otomano, como na Guerra de Independência da Grécia (HOBSBAWM, 1996).

No caso específico do nacionalismo, a infusão destas ideias afetou a própria estrutura imperial otomana, que funcionava segundo uma lógica descentralizada de administração em subdivisões majoritariamente religiosas, os *millets*. A construção de identidades étnicas e nacionais em povos que viviam sob a tutela otomana, como curdos, gregos, judeus e armênios, seria um grande entrave para a continuidade otomana (FINKEL, 2005).

Os otomanos, em resposta, iniciam um processo de reordenações e reorientação do exercício *de facto* do poder, saindo dos sultões e sendo assumido por paxás (título de funcionários importantes da esfera civil ou militar), conhecido como *Tanzimat* (1839-1876). As concessões em

relação à Europa se ampliam. A fraqueza percebida em relação ao Império Otomano tornou popular a imagem do sultanato como o “Homem Doente da Europa”, e a queda definitiva parecia uma questão de tempo. Entre os Impérios Russo e Britânico, iniciava-se uma rivalidade estratégica que ressoava em grande parte nas áreas pertencentes ao Império Otomano e sua esfera de influência, conhecida como Grande Jogo (SHAW & SHAW, 1997).

Imagem 4 – O homem doente da Europa



Imagem 4 - Fonte: STANIFORTH, J. *The sick man of Europe is being doctored at last.* Disponível em: <<http://papuraunewyddcymru.llgc.org.uk/en/page/view/3279620>>. Acesso em: 14 dez. 2022..

Em meio a esta crise, um grupo de jovens pertencentes a diversos grupos étnicos do Império iniciariam uma espécie de nacionalismo otomano – uma espécie de otomanismo original - após serem influenciados pelo nacionalismo europeu enquanto lá estudavam. Chamados de Novos/Jovens Otomanos, buscavam garantir a sobrevivência do caráter pluralista do Império Otomano a partir de uma modernização que incluía, por exemplo, a proclamação de uma monarquia constitucional e o uso da imprensa (SHAW & SHAW, 1997).

Defendiam também o caráter racional do Islã, que poderia ser unido a práticas e instituições europeias. O otomanismo deste grupo possuía em si um senso de patriotismo cívico, buscando preservar o Estado através de reformas ocidentalizantes. O que é peculiar é que essa abertura para moldes europeus era mesclada a uma busca por desenvolver um orgulho otomano e um senso de pertencimento ao Império, onde diferentes grupos poderiam desenvolver suas próprias culturas em um Estado justo e igualitário. Não conseguindo alcançar seus objetivos, um novo momento de força religiosa viria a surgir, buscando redefinir a identidade otomana através da identificação e lealdade islâmicas (YAVUZ, 2020).

Abdülhamid II assume o sultanato em 1876, e reposiciona o poder otomano em suas mãos. Profundo utilizador do islã como forma de mobilização das tradições e identidades muçulmanas do Estado otomano, Abdülhamid se revelaria posteriormente um segundo grande inspirador, ao lado de Mehmed II, do projeto neo-otomanista (YAVUZ, 2020). Em seu sultanato, ocorreu também o assim chamado Genocídio Armênio, de violências entre grupos armênios e forças estatais otomanas. Alguns autores relatam este período como uma tentativa de eliminação dos cristãos do Império Otomano, genocídio especialmente voltado aos armênios, assírios e gregos (MORRIS & ZE'EVİ, 2019). É este um dos traumas compartilhados tanto pelo kemalismo quanto pelo neo-otomanismo, uma vez que transcorreu os anos finais do Império Otomano, a transição para a República da Turquia e seu início.

Ainda, a percepção de atraso otomano fez com que a presença europeia se expandisse. No final do século XIX, nasce o Comitê União e Progresso (CUP), informalmente chamado de Jovens Turcos. Criado em Paris por intelectuais e ganhando forte presença militar, este grupo assume força política relevante e, em 1908, inicia a Revolução dos Jovens Turcos. Mustafa Kemal Atatürk aderiu à CUP, e auxiliou na Revolução. Assumindo o poder, realizam diversas modificações com o intuito de modernizar o Império, inclusive depondo o sultão Abdülhamid II, sucedido por uma série de herdeiros de Osman sem grande relevo político (SHAW & SHAW, 1997).

Inicialmente pregando liberdades e modernizações, a Revolução dos Jovens Turcos gradualmente se radicaliza e assume uma forte faceta militar. A instabilidade interna do Império é exacerbada. Neste momento, surge um nacionalismo turco, recorrendo ao papel da língua e da história étnica turca. O kemalismo, enquanto projeto identitário de caráter ocidentalizante, será profundamente influenciado por estas ideias. Ao mesmo tempo, a Grande Guerra se aproxima.

Percebendo a Alemanha como uma potência tardiamente unificada, e sem um passado imperialista contra os otomanos, a aproximação entre os alemães e o Império Otomano deu-se também por uma esperança do país europeu de que a posição de califado otomano, liderança do mundo sunita, poderia instigar revoltas e mesmo uma *jihād* militar⁹ contra a Tríplice Entente (MCMEEKIN, 2011) formada por França, Império Britânico e Rússia (até a Revolução de 1917). Mesmo em seu esplendor, dificilmente os otomanos seriam capazes de alcançar tal objetivo. Em seu processo de decadência, menos ainda.

As relações entre Império Otomano e Alemanha são largamente exploradas por Sean McMeekin (2011), especialmente em torno do projeto de construção do Expresso Berlim-Bagdá, que seria utilizado para o transporte de soldados alemães ao front asiático. A Grande Guerra viria a desferir o golpe final ao Império Otomano, incapaz de sobreviver após terminar o conflito como força derrotada.

2.3

A fundação da República da Turquia

Com o fim da 1ª Guerra Mundial e o conseqüente remate final otomano, as potências vencedoras instantaneamente passaram a se preocupar com o destino do Oriente Médio. Outrora parte do território otomano, regiões como a Palestina e o Iraque passaram por arranjos e construções europeias nas negociações pós-guerra.

⁹ Embora usualmente circunscrito somente à dimensão de “guerra santa”, o conceito de *jihād* abarca um esforço pessoal e coletivo em prol da fé, que passa pelo sacrifício individual de atendimento às demandas do Islã (DEMANT, 2004).

David Fromkin (2010) ironicamente chama este processo de “A paz para acabar com toda a paz”, em alusão ao *slogan* que nomeava a Grande Guerra como “A guerra para acabar com todas as guerras”. Segundo Fromkin, os ordenamentos territoriais artificiais criados pelas forças vencedoras explicam boa parte dos atuais conflitos do Oriente Médio, incluindo o israelo-palestino, a partir das atuações de figuras como David Lloyd George, Winston Churchill e Lord Kitchener.

Não devemos subestimar o impacto do fim do Império Otomano, com a Grande Guerra, na construção do Oriente Médio moderno. Tema largamente explorado por autores como Rogan (2016) e McMeekin (2016), inúmeras “guerras de sucessão otomana” afloraram, envolvendo personagens marcantes como T.E. Lawrence.

Evitando o desvanecimento neste fascinante e fundamental ponto, retornemos à Turquia. Uma das principais e mais imediatas consequências da Grande Guerra, como citado, foi a Guerra Nacional de Independência (1919-1923) que eclodiu da derrocada otomana. Mais uma vez, é importante acentuar o fato de que a 1ª Guerra Mundial não foi a causa do fim do Império, mas sim o momento que arrematou uma unidade política a muito decadente. Devemos também considerar os sentimentos nacionalistas, fermento basilar na Guerra de Independência.

Apesar da derrota na Grande Guerra, o Império Otomano venceu uma batalha muito importante: a de Galípoli (1915). Derrotando, ao lado das forças alemães, os britânicos, um coronel otomano ganhou notoriedade nacional: Mustafa Kemal Atatürk. Celebrado como um herói, Atatürk liderou forças nacionalistas na Guerra de Independência, que contou com o envolvimento de forças otomanas não-kemalistas, armênios, franceses, britânicos e gregos.

Quando derrotado na Grande Guerra, o território otomano passou por negociações que culminaram no Tratado de Sévres (1920). Segundo os termos deste acordo, seria criada uma Armênia consideravelmente maior do que ela de fato se tornou, além de um Estado curdo e ocupações francesas, italianas e gregas (SHAW & SHAW, 1997).

Os nacionalistas, estabelecendo um governo provisório em Ancara, enfim venceram o pungente conflito. Recusaram os termos de Sévres, e com sua vitória consolidaram um espaço territorial consideravelmente maior, especialmente mantendo a Anatólia. Este arranjo foi representado pelo Tratado de Lausanne (1923), já sob representação da Turquia kemalista.

Com isso, o moribundo Império Otomano era abolido, para a proclamação da República da Turquia em seu lugar. Neste momento, a percepção de Atatürk e seus aliados nacionalistas – como explorado anteriormente, esta manifestação que resguarda emoções e identidades é unida sob o conceito de kemalismo – era de que a Turquia que nascia somente seria capaz de se posicionar enquanto uma grande nação com um inédito afastamento de seu passado otomano, emulando práticas ocidentais (SOCHACZEWSKI, 2013).

O colossal afastamento e ineditismo que se almejava construir pode ser sintetizado em um célebre discurso de Atatürk, em 1923: “A nova Turquia não tem relação com a antiga. O governo otomano desapareceu na história. Uma nova Turquia nasceu” (apud Wilson, 2007: 83). O kemalismo nova identidade que buscava preencher o vazio escancarado pelo fim do Império Otomano, reuniu-se enquanto a expressão de princípios de republicanismo, laicismo, nacionalismo, populismo, estatismo e reformismo, conforme Sochaczewski (2013, p. 5) explica:

O calendário e a hora ocidental foram adotados, o fez - chapéu típico - foi banido, o uso de sobrenomes se tornou obrigatório, o uso de véu pelas mulheres desencorajado e as irmandades dervishes banidas. Dentre estas ‘revoluções’, provavelmente a ‘revolução alfabética’, de 1928, e um programa de reforma da língua que a acompanhou, funcionou de fato como um corte radical com o passado imediato otomano. A mudança da escrita de letras árabes para latinas e mesmo de grande parte do idioma negou a população, que finalmente passava a cada vez mais ter acesso à educação, um contato direto com os escritos de seus antepassados.

A identidade kemalista incorporava em sua concepção do que “é” a Turquia forte identificação com núcleos étnicos dos povos turcos. Em virtude disso, diversos estudos históricos, arqueológicos, antropológicos e linguísticos patrocinados pelo Estado recém-criado buscavam conferir

substância a essa identificação na “invenção” de uma história e uma língua turcas. Em 1931, foi criada a Sociedade Nacional de História e, no ano seguinte, a Sociedade de Língua Turca. Neste momento, a “Teoria da Língua do Sol”, defendendo que a língua turca foi aquela a partir da qual todas as demais surgiram, obteve renome (Ibid.).

Breve atenção deve ser conferida à dimensão nacionalista do kemalismo. Em primeiro lugar, a identidade que aglutina o caráter ocidentalizante de Atatürk responde e simultaneamente origina a questão de construir uma nação. Por isso, identidade e nacionalismo são conceitos que podem ser aportados, desde que respeitando suas particularidades.

Envolto em uma multiplicidade de definições possíveis, compreendemos a dimensão político-identitária do nacionalismo a partir a implicação de um princípio de identidade que baseia em laços impessoais, remotos, vicários, mediados por um conjunto de símbolos comuns que são embutidos em um padrão de comunicação. Implica, ainda, uma aceitação – ainda que relativa – dos valores constituídos nos símbolos comunicados (HAAS, 1986).

A ideia de nação pode envolver o entendimento de que o Estado não se resume a uma máquina administrativa ou quadro jurídico. Tampouco a um pedaço de terra ou povo. A nação, desta forma entendida, assume o Estado como uma identidade histórica constituída por suas próprias memórias, sonhos, mitos fundadores, culturas e marcas - um “princípio espiritual” (GROS, 2009).

Os estudos modernistas do nacionalismo, contendo nomes como John Breuilly, Ernest Gellner e Benedict Anderson, viriam a considerar nações enquanto realidades modernas, criadas a partir da manipulação de dados culturais pré-existentes para atender às necessidades de elites em espaços culturalmente fragmentados, necessitando de homogeneização (MAURICIO, 2012). Com isso, a Nação não seria fruto do percorrer histórico de um determinado povo, mas sim da manipulação desta mesma história, a partir de marcadores como língua e religião.

Nos termos de Hobsbawm (1996), o Estado faz a nação e não a nação, o Estado. E na ideia de nação os Estados encontravam uma espécie de religião cívica, elemento agregador de seus cidadãos em torno de homogeneizações linguísticas e administrativas. Ademais, enquanto alguns habitantes eram mobilizados, outros – que não pertenciam à identidade nacional – eram alienados (Ibid.). Aqui, mais uma aproximação importante entre nacionalismo e identidade, na construção do “Outro”.

Hobsbawm (Ibid.) é também valioso em considerar as possibilidades de um nacionalismo fora da Europa. Segundo ele, foi o processo de ocidentalização que veio a – posteriormente ao surgimento do nacionalismo europeu – introduzir ideias derivadas da Revolução Francesa. Com isso, o nacionalismo seria produzido em regiões como o Oriente Médio de forma artificial, a partir da conquista e influência ocidental. Ou seja, do imperialismo.

Neste sentido, movimentos nacionalistas no Oriente Médio surgiram sobretudo a partir de elites que tinham entrado em contato com o Ocidente. No caso do Império Otomano, abordamos o envio de representantes à Europa, para o estudo das instituições ocidentais. Esta tradição viria a influenciar os Jovens Turcos e o próprio Atatürk, sendo o nacionalismo um dos produtos deste contato.

2.4

A Turquia kemalista

O cerne do projeto político de Atatürk está na colocação da nação turca através de critérios ocidentalizantes e etnicamente turcos. O passado de uma administração política considerada defasada e demasiadamente religiosa deveria, portanto, ser afastada. Consideramos anteriormente a identidade como um discurso que necessita de elementos performáticos para se afirmar. Tendo em vista os critérios concernentes ao kemalismo, tais performances engajavam-se em larga medida com a remoção e o apagamento do legado otomano.

Alguns exemplos podem ser citados, como a capital da Turquia modificada, de Istambul para Ancara. A ideia era reforçar uma hereditariedade étnica turca, reforçando o centro da Anatólia como espaço para a capital da nova nação. Mais do que isso, o próprio alfabeto árabe do Império Otomano foi ocidentalizado e substituído pelo latino. A mesquita Ayasofya foi transformada em museu. O papel marginal conferido à religião tornou-se uma das principais tendências do kemalismo, gerando ressentimentos prósperos ao neo-otomanismo (SHAW & SHAW, 1997).

Inspirando-se no modelo ocidental, a Turquia fundada por Atatürk adotou o Código Civil suíço, leis criminais italianas e comerciais da Alemanha do entreguerras, e utilizou a França como modelo para uma administração territorial centralizada e nacionalista, bem como para a filosofia política secular (CAPGTAY, 2017).

Com o Império Otomano constituído simultaneamente por dimensões política – o sultanato – e religiosa – o califado – unificadas, Atatürk, ao fundar a Turquia, manteve o califado por um breve período de tempo. Foi em 1924, um ano após a criação da Turquia, que este é oficialmente abolido, com a consolidação da lógica de construção de uma república moderna e secular (Ibid.).

A secularização e ocidentalização domésticas da Turquia a partir de sua fundação foi acompanhada por uma aproximação ímpar, do ponto de vista da política externa, com o Ocidente, tradição que em muito ultrapassa o governo Atatürk e é mais obviamente representada na Guerra Fria, como no posicionamento de mísseis estadunidenses em território turco, ocasionando a resposta soviética que culmina na Crise dos Mísseis (Ibid.). Ainda mais interessante é o fato de que estas relações externa perpassam até mesmo o governo de Erdoğan, na busca por adesão à União Europeia, como veremos.

Com o sufocamento da herança otomana na Turquia kemalista, a transição de um vasto e plural império para um Estado-nação reproduziu uma lógica de homogeneização, acompanhada por limpezas étnicas (YAVUZ, 2020). Neste sentido, Turquia e Grécia realizam uma ainda hoje

traumática troca de populações, levando gregos na Turquia para a Grécia e turcos na Grécia para a Turquia (SHAW & SHAW, 1997).

Enquanto durante o ápice do Império Otomano componentes identitários pareciam estáveis (ainda que não o fossem, sendo esta uma incapacidade crônica de toda e qualquer identidade) e reunidos em mitos como o Sonho de Osman, seu momento de decadência escancarou o profundo vazio identitário. Os Novos/Jovens Otomanos buscaram corresponder a este vazio segundo um otomanismo pluralista e moderno, conciliando religião e ocidentalização. Abdülhamid II acentuou uma concepção islamista para o decadente império. A ala nacionalista dos Jovens Turcos, posteriormente representada na reestruturação do CUP, inaugurou uma espécie de turquismo, segundo os critérios de valorização étnico citados (YAVUZ, 2020).

O projeto kemalista era visto por segmentos desempolgados com o ocidentalismo, desde a sua concepção, através de um profundo senso de elitismo. De fato, os fundadores da República (e seus descendentes políticos) sentiam-se moral e intelectualmente superiores aos setores conservadores da população. Entendiam, os kemalistas, que o Islã havia sido o principal responsável pela defasagem otomana em relação à Europa. Por isso, a profunda busca por desmembrar práticas e instituições religiosas.

A profundidade da necessidade de construção de uma nação segundo tais diretrizes gerou na sociedade turca uma divisão marcante e produtora de ressentimentos. A percepção neo-otomana, explica Yavuz (Ibid.), implica a existência de dois grupos: aqueles que internalizaram as reformas seculares do kemalismo viriam a ser chamados de Turcos Brancos, constantemente favorecidos pelo Estado; e aqueles que resistiram ao mesmo processo foram chamados de Turcos Negros, tratados como atrasados e marginalizados por suas vinculações religiosas.

O projeto de Atatürk conseguiu, por décadas, moldar a diretriz política do Estado turco, tendo como foco a construção de um “Eu” ocidental, moderno e secular em oposição a um “Outro” representado pela

herança otomana – sobretudo em sua dimensão religiosa -, enquadrado inclusive como ameaça à República. Ainda, passados traumáticos do Império, como as limpezas étnicas em seus momentos finais, foram suprimidos.

Como citado, a política externa kemalista pode ser pensada como uma extensão de suas políticas domésticas de ocidentalização. O governo turco, focado nas reformas internas e na relação com o Ocidente, afastou-se de assuntos em regiões outrora pertencentes ao Império Otomano: os Bálcãs, o Cáucaso e o restante do Oriente Médio (YAVUZ, 2020).

O ressentimento sofrido por diversos setores da população viria a ser capitaneado como nunca antes por Erdoğan. Com a intensificação e o prolongamento do projeto kemalista, discursos alternativos em oposição às reformas ocidentalizantes de Atatürk circundavam segmentos da sociedade turca, despertando sobretudo emoções nostálgicas em relação ao passado otomano, processo este que nos levará, algumas décadas depois, ao neotomanismo. O projeto kemalista nunca foi harmônico, porém, e somente entre os anos 1920 e 1930, 18 rebeliões contra Atatürk eclodiram (ÇAĞAPTAY, 2017).

Mustafa Kemal Atatürk, apesar disso, governou a Turquia de sua fundação, em 1923, até a sua morte, em 1938. A partir disso, rituais e símbolos ligados à figura de Atatürk acrescentaram o caráter personalista à identidade kemalista. “Fotografias e bustos de Atatürk se tornaram onipresentes por todos os espaços públicos, e mesmo privados, do país e um enorme mausoléu, Anıtkabir, foi construído na capital na década de 1950” (WILSON, 2007, p. 82). Entendido como uma espécie de *Founding Father*, venerava-se não só o homem, mas a sua Turquia: ocidental, secular e moderna.

Imagem 5 – A estátua de Atatürk em Izmir.

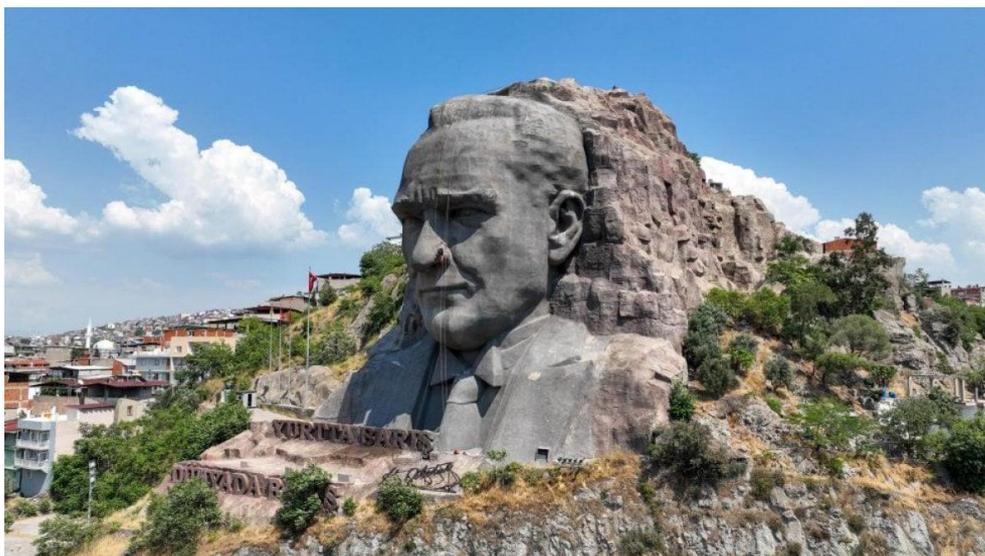


Imagem 5 - Fonte: ENSONHABER. İzmir'de Buca Belediyesi dev Atatürk maskını bakıma aldı. Disponível em: <<https://www.ensonhaber.com/yasam/izmirde-buca-belediyesi-dev-Atatürk-maskini-bakima-aldi>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

O sistema político instituído na Turquia não era multipartidário. A busca kemalista por reformas republicanas era conduzida a partir de uma lógica unipartidária, ao redor do Partido Republicano do Povo (CHP). Com a morte de Atatürk, o cargo de presidente deveria ser preenchido. İsmet İnönü, amplamente considerado a mão-direita de Atatürk e anteriormente primeiro-ministro da Turquia, foi eleito de forma unânime.

Ele continuou representando o vínculo kemalista, sobretudo no caráter ocidental e nacionalista turco, até 1950, e em sua presidência um regime multipartidário foi estabelecido (SHAW & SHAW, 1997). İnönü, contudo, possui algumas particularidades. Foi em seu governo que, em 1947, o Ministério da Educação reintroduziu o ensino religioso.

Em parte, o estabelecimento de um regime multipartidário pode ser atribuído ao contexto do alvorecer da Guerra Fria, com a Turquia temendo avanços soviéticos e buscando a proteção estadunidense. Adentrar o bloco ocidental perpassava este passo de democratização, e assim o sistema político turco foi expandido. A elite política kemalista relutou em aceitar estes termos, mas eleições gerais foram realizadas em

1946 (YAVUZ, 2020). Em 1952, a Turquia aderiu à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), grande representante do bloco ocidental na Guerra Fria.

İnönü venceu as eleições de 1946 por ampla margem. Estas, contudo, foram acusadas de profundas irregularidades, e conduzidas segundo votos abertos e contagens secretas (SHAW & SHAW, 1997). Nas eleições de 1950, a oposição reunida no Partido Democrata (DP) derrotou o CHP. Vale realçar que a vitória da oposição pode ser percebida como uma espécie de “rebelião” dos Turcos Negros contra o *establishment*, envolvendo setores marginalizados da sociedade, sobretudo aqueles conservadores (YAVUZ, 2020).

A vitória do DP representou um marco para o conservadorismo turco, proclamando um discurso contra as elites características do kemalismo e mobilizando a religião politicamente, para fins eleitorais. O mesmo DP, todavia, institucionalizou em larga medida o enaltecimento à imagem de Atatürk. Para Çağaptay (2017), ainda que contrário ao partido político fundado por Atatürk, o DP permanecia sendo um movimento kemalista.

Ainda que o kemalismo permanecesse como força político-identitária, sobretudo pelas elites turcas, mas também em manifestações por vezes institucionalizadas, passos importantes foram dados a partir dos anos 1950 no resgate à memória otomana.

Em 1953, os turcos marcaram os quatrocentos anos da Conquista de Constantinopla. Com o regime multipartidário, o interesse de parte da população no passado otomana pôde ocupar espaços, com reconstruções de memória coletiva sobre o Império. O otomanismo, neste momento, ganhava gradualmente facetas religiosas, especialmente em resposta às inúmeras limitações à expressão religiosa como parte da lógica kemalista. Visões de conciliação entre a religião e a característica étnica turca também começaram a se expandir (YAVUZ, 2020).

Resumindo a conturbada história democrática turca, as décadas seguintes foram de profunda instabilidade, com golpes militares em 1960, 1971 e 1980. Apesar disso, podemos falar em um gradual e contínuo processo de revisão do kemalismo na sociedade turca, com aberturas, inclusive por parte das lideranças militares, à presença de islamistas na política, especialmente entre os anos 1970 e 1990.

Não devemos, todavia, apartar esse gradual processo de participação religiosa na vida política turca do contexto da Guerra Fria. Ainda que a dimensão internacional não explique por completo as concessões realizadas, a religião por vezes era uma importante aliada no embate ao comunismo.

Nos anos 1980, uma nova classe empresarial islâmica surgiu como consequência das políticas neoliberais de Turgut Özal. Esta classe, segundo Yavuz (Ibid.), rejuvenesceu o panorama cultural da Turquia e facilitou a reinterpretação da identidade nacional e da religião de acordo com o contexto histórico otomano.

Pode-se dizer, inclusive, que foi durante o governo de Özal (inicialmente como primeiro-ministro, 1983-1989, e depois como presidente, 1989-1993) que o conceito de neo-otomanismo (distinto daquele assumido por Erdoğan, e por isso aqui enquadrado como uma forma de otomania) adentrou a retórica governamental, através de sua adoção na referência ao papel do islã e do pluralismo. Özal, admirador da grandeza otomana, ainda assim privilegiava uma abordagem econômica neoliberal na condução de sua política doméstica e externa, com a segunda orientada para o alinhamento com a Europa (Ibid.).

Foi em seu governo que a questão da adesão turca à União Europeia tornou-se um esforço nacional, como forma de consolidar a democracia e a institucionalização de uma ordem econômica liberal. Em 1987, a Turquia iniciava o seu processo de adesão à EU, iniciando um processo de reformas em termos de direitos humanos e garantia de direitos à minoria curda, permitindo expressões de sua identidade. O alinhamento de Özal com os Estados Unidos, fazendo da Turquia grande asseguradora

dos interesses estadunidenses, recebia críticas diversas, todavia. Para algumas figuras de relevo na política turca, seu entusiasmo estadunidense era uma política de serventia (Ibid.).

De toda forma, o caráter muçulmano da Turquia era valorizado, permitindo os espaços citados para grupos religiosos. Destes, o mais beneficiado foi o Movimento Gülen, posteriormente essencial para a trajetória de Erdoğan (Ibid.). Em suma, sua forma de otomania, assim como a de Pamuk, pode ser vinculada à nostalgia/otomania cosmopolita.

Uma ruptura considerável na ascensão religiosa, porém, ocorreria em 1997, no chamado “Golpe Pós-Moderno” (em virtude, principalmente, da ausência de uso da violência direta), onde forças militares turcas forçaram o afastamento do primeiro-ministro Erbakan, do mesmo partido de Erdoğan (à época), de forte vínculo religioso e profundo admirador do passado otomano, visto como justo e grandioso (ÇAĞAPTAY, 2017).

Erbakan percebia a Turquia como sucessora do Império Otomano, e defendia a sua inserção como um poder europeu e médio-oriental, buscando hegemonia regional. Menos preocupado com dimensões econômicas, as identidades históricas e religiosas obtiveram profundo relevo em seu governo. Com o golpe de 1997, seguiu-se uma campanha de retirada do islã da vida política turca. Erdoğan, já uma figura de relevo nacional, foi preso neste contexto, deixando marcas profundas em sua história política (YAVUZ, 2021).

3

A Turquia de Erdoğan e o neo-otomanismo

3.1

Quem é Recep Tayyip Erdoğan e o início de sua vida política

Duas biografias recentes de célebres cientistas políticos turcos, Hakan Yavuz e Soner Çağaptay, auxiliam-nos a pensar a figura de Erdoğan, tendo em vista que sua formação é concomitante com o processo de nostalgia otomana que adquire novas facetas com o neo-otomanismo

levado à cabo em seu governo. Assim, falar de Erdoğan não é apenas abordar a figura mais relevante da política turca no século XXI, mas também compreender suas emoções e projetos identitários.

Segundo Çağaptay (2017), desde que iniciou sua vida política, Erdoğan apresentou-se como um homem comum, um *outsider* que representa exatamente a voz e os interesses das pessoas comuns contra as elites estabelecidas. Sua adesão política inicial é o Partido da Salvação Nacional (MSP), de orientação islâmica, nacionalista, conservadora e anti-ocidental. Com o MSP banido após o golpe militar de 1980, Erdoğan aderiu e cresceu na hierarquia do Partido do Bem-Estar (RP), sucessor do MSP, onde seria eleito prefeito de Istambul em 1994. Posteriormente, com o banimento do RP, reuniu sua força política em um partido próprio, e criou o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), pelo qual assumiu o cargo de primeiro-ministro, em 2003.

Nascido em Istambul, no ano de 1954, Erdoğan é fruto de uma família de origem conservadora que migrou para a antiga capital otomana e bizantina. Ele cresceu em um bairro operário e profundamente poluído por esgotos e resíduos industriais. A maior parte da população turca, à época, era profundamente pobre. Sua lembrança destes tempos, porém, é afetuosa, destacando a solidariedade local. Kasimpaşa, seu local de nascimento, era extremamente próximo de Nişantaşı, um centro da elite privilegiada, com hotéis, lojas e restaurantes de luxo. Para Çağaptay (Ibid.), sua visão contrária à elite ocidental e secular que representava a identidade kemalista pode ter seu princípio aí traçado.

Em sua infância, enquanto viajava para a província de Riza, onde nasceu seu pai, Ahmed, teve contato com segmentos religiosos islâmicos ardentes na região. As marcas do kemalismo, especialmente na supressão à religião, ilustram o crescimento de Erdoğan. Manifestações religiosas eram recuadas à esfera privada, e mesmo com a possibilidade de sua presença política no sistema multipartidário, ainda havia um agudo temor de perseguições. Em nenhuma outra esfera o constrangimento religioso foi tão vívido para o jovem Erdoğan quanto na educacional (Ibid.).

Apesar das limitações religiosas profundas, havia uma exceção para a formação escolar segundo preceitos do Islã: as escolas Imam Hatip, fundadas em 1924, com o intuito de treinar muçulmanos para a administração estatal. Contudo, já em 1930 estas foram fechadas. Com isso, a Turquia deixou de possuir um sistema formal de educação religiosa, com o papel de instrução sendo passado a figuras religiosas informais. Posteriormente a Atatürk, o crescimento da relevância religiosa fez com que instituições religiosas de ensino pudessem retornar. Erdoğan ingressou exatamente em uma escola Imam Hatip, em 1965, evitando o ensino tradicional que representava a religião como uma mentalidade atrasada (Ibid.).

Ainda, que o DP possa ser pensado como ainda representante de concepções kemalistas, a história de vida de Erdoğan acompanha o gradual esfacelamento do que Çağaptay (Ibid.) chama de Alto Kemalismo, núcleo duro das concepções fundadas por Atatürk. O DP, como vimos, representou algumas rupturas importantes.

Quando o golpe militar de 1960 depôs o governo Menderes, um dos fundadores do DP, o antigo primeiro-ministro foi executado. Transformado em mártir, Menderes é ainda hoje referenciado por lideranças conservadoras, e especialmente por Erdoğan. A morte do líder do DP é vista como um lembrete da disposição das elites kemalistas em defender seus privilégios, quaisquer que sejam os custos (Ibid.). A longa trajetória de golpes militares e respostas kemalistas orientará muitos dos temores do eventual governo do AKP.

Retornando à dimensão escolar-religiosa, Erdoğan expressa o seu sentimento de exclusão, visto como o “Outro”, em virtude do ensino religioso em Imam Hatip. Ele, contudo, dedicou-se à experiência, e encontrou um profundo senso de comunidade. Nos encontros entre estudantes das escolas Imam Hatip, Erdoğan desenvolveu uma de suas principais habilidades: a oratória. Em sua juventude, venceu prêmios por recitar e compor poesias (Ibid.).

O sentimento de marginalização social em virtude da religião fez com que Erdoğan se politizasse, tendo se associado a um movimento de estudantes dedicados a combater a ideologia comunista. Ao mesmo tempo, começou a estudar ciência política. Para Yavuz (2021), o cerne da identidade de Erdoğan está contido em uma dupla-natureza: o senso de vitimização e a marginalização promovida pelos kemalistas seculares.

Como a formação em uma escola Imam Hatip somente possibilitava a vida clerical ou o estudo universitário em Teologia, Erdoğan foi transferido para uma escola pública, com um currículo secular, e posteriormente formou-se no que hoje é a faculdade de Economia da Universidade de Marmara (ÇAĞAPTAY, 2017.).

Erdoğan iniciou seu crescimento na vida política turca a partir de sua adesão ao RP. Expandindo suas conexões e mobilizando massas a partir da Guerra da Bósnia (1992-1995)¹⁰, o RP obteve acentuada relevância. Nas eleições municipais de 1994, o partido alcançou resultados excepcionais. Jornais da época vinculavam manchetes afirmando que a outra Turquia vencida as eleições ou que os Turcos Negros venciam os Turcos Negros. Erdoğan era eleito prefeito de Istambul, dizendo que sua vitória simbolizaria uma nova conquista de Istambul e o começo de uma nova era (YAVUZ, 2020). Erbakan, por sua vez, vencida as eleições nacionais, também representando o RP.

Estabelecendo-se como prefeito da maior e mais importante cidade da Turquia, antiga capital do Império Otomano, Erdoğan recebeu com empolgação a oportunidade de redefinir a identidade política da Turquia. Ao mesmo tempo, Erbakan focou seus esforços de política externa exatamente em antigas regiões de ocupação ou influência otomana, especialmente Bósnia, Chipre, Oriente Médio e Azerbaijão, com forte teor de solidariedade muçulmana. Ele se afirmava contrário a concessões no

¹⁰ No conflito, muçulmanos bósnios foram vítimas de campanhas de deportação e genocídio. Outros momentos importantes para este despertar que culminaria no neo-otomanismo podem ser traçados à limpeza étnica de muçulmanos búlgaros, em 1989, e na deportação de turcos azeris de Karabakh.

Chipre, Bósnia e Azerbaijão e prometia defender estes países, “netos dos otomanos” (Ibid.).

A coalização reunida pelo RP possuía forte teor islâmico, e verdadeiramente iniciou o redirecionamento da Turquia, apartado do kemalismo. A elite econômica kemalista viu este momento como profunda ameaça ao projeto republicano iniciado por Atatürk. Segmentos secularistas da sociedade foram mobilizados contra o governo, e o temor kemalista eventualmente resultaria no golpe de 1997, com o intuito de afastar o Islã da esfera pública. As Forças Armadas declararam o Islã como maior ameaça à segurança interna da Turquia e ordenou ao governo Erbakan que implementasse uma desislamização da sociedade (Ibid.). Eventualmente, Erbakan seria afastado do cargo de primeiro-ministro.

Neste mesmo momento, as forças militares encarregadas desta desislamização removeram o jovem e promissor Erdoğan do cargo de prefeito de Istambul, aprisionando-o. Os generais kemalistas, segundo Yavuz (Ibid.), temiam a popularidade, o carisma, a ausência de acusações de corrupção e a boa gestão de Erdoğan.

Banido da vida política, o futuro líder turco passou quatro meses na prisão, sob alegações de incitar ódio religioso por recitar um poema que comparava mesquitas a quartéis, minaretes a baionetas e fiéis a um exército.

3.2

Erdoğan no poder e a primeira fase neo-otomana

A popularidade de Erdoğan, entretanto, permaneceu crescendo significativamente. Quando o RP foi politicamente banido, em 1998, Erdoğan entendeu que havia chegado o momento de criar seu próprio partido, reunindo sua visão de Turquia, ao lado de Abdullah Gül e Bülent Arınç.

Nascia, em 2001, o AKP. Desde o banimento do RP, a Turquia passou pela formação um primeiro governo profundamente instável e de forte intervenção militar. Nas eleições de 1999, Bülent Ecevit conseguiu uma vitória apertada. Seu governo de coalização colapsou em 2002, e novas eleições foram convocadas.

Transmitindo uma imagem democrático-conservadora e um discurso radicalmente contrário à corrupção que era associada aos partidos kemalistas, o AKP já se constituía enquanto uma força política formidável. O CHP, de caráter kemalista, era também altamente expressivo. Entretanto, Erdoğan logrou a vitória, com 34,28% (aproximadamente 11 milhões) dos votos, contra 19,39% (pouco mais de 6 milhões) de Deniz Baykal, candidato do CHP. As eleições de 2002 resultaram em ganhos massivos para ambos do ponto de vista legislativo, gerando fundamentalmente um sistema bipartidário, já que juntos, CHP e AKP compunham 98,36% dos assentos (THE GUARDIAN, 2002).

Com o ex-prefeito de Istambul impedido de assumir o cargo de Primeiro-Ministro em virtude de seu banimento político, Abdullah Gül, um dos principais aliados de Erdoğan e co-fundador do AKP, era escolhido para o cargo. Em 2003, o governo turco conseguiu reverter o banimento de Erdoğan, e ele venceu por ampla margem uma eleição controversa na província de Siirt, obtendo um assento no Parlamento. Com isso, Erdoğan oficialmente tornava-se Primeiro Ministro, em março de 2003, e Gül passava aos cargos de *Foreign Minister* e Vice Primeiro Ministro.

Erdoğan emergia das eleições de 2002 como o líder de um novo movimento político islâmico. O golpe de 1997, entretanto, deixou receios importantes em atores conservadores e islâmicos, que tiveram de corresponder ao discurso democrático e seguir com o processo de adesão à EU como forma de conter a aliança civil-militar kemalista. O discurso liberal e pró-EU de Erdoğan aquietou as desconfianças de uma islamização da sociedade turca. Ainda assim, o AKP adotou referências ao passado

otomano, inclusive de forma a nublar princípios islâmicos (YAVUZ, 2020).

A primeira expressão de neo-otomanismo, portanto, continha sutilezas e adotava uma política doméstica e externa que mesclava a determinação na adesão à EU e a promoção de um legado civilizacional otomano de multiculturalismo. Essa conciliação parecia contraditória para alguns, tendo em vista o fato de que a federação europeia foi construída em parte com a ideia de abandonar impérios e nacionalismos. Para outros, parecia suspeita (Ibid.).

A economia turca, à época, obteve excelentes resultados. O “milagre turco” expandiu em absoluto a popularidade de Erdoğan, e até hoje ajuda a explicar sua força eleitoral, apesar de abalos econômicos nos últimos anos (ÇAĞAPTAY, 2017).

Em termos práticos, de toda forma, o neo-otomanismo de Erdoğan não surgiu na mobilização de uma otomania étnico-religiosa, mas como muito mais próxima de uma cosmopolita, assim como a de Turgut Özal, alinhando o legado otomano às boas relações com a Europa e a busca por aderir à EU. Constitui-se, assim, a primeira fase neo-otomana, que acompanhou a vida política turca de 2002 a 2011 (externamente, a partir da Primavera Árabe e da dificuldade em aderir à EU) ou 2013 (internamente, sobretudo com os protestos de Gezi Park).

Neste período, a política externa turca buscava justamente atuar enquanto uma liderança proativa em regiões como os Bálcãs, o Cáucaso e o Oriente Médio. Um grande marco deste período aproxima Turquia e Brasil: a Declaração de Teerã (2010). Em 2006, a percepção de que o regime iraniano estaria acelerando a sua busca pela bomba foi intensificada, constituindo o Irã como ameaça em virtude da militarização do programa nuclear, a transferência de instalações nucleares para complexos subterrâneos e a aceleração do programa de armas nucleares desde a chegada de Ahmadinejad ao poder.

Uma tentativa de acordo foi prospectada pelas potências ocidentais, mas a rejeição iraniana abriu margem para a atuação de duas políticas externas ativas recentes se encontrarem. O Brasil de Luis Inácio Lula da Silva, sob a égide da “política externa ativa e ativa” do Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim, buscava ampliar a sua posição internacional, inclusive ineditamente atuando de forma incisiva no Oriente Médio (AMORIM, 2010). A Turquia, por sua vez, passava pela dinâmica de aproximação com seu entorno geográfico.

As diplomacias de Brasil e Turquia perceberam particularidades do Irã, e conseguiram seu aval para um acordo nos mesmos moldes daquele proposto pelo P5+1 e inicialmente recusado. O Irã sinalizou o seu aceite, mas o acordo foi recusado pelo governo estadunidense, alegando que a nova situação nuclear iraniana demandava novos termos (SILVA, 2014).

O objetivo turco na questão iraniana, Sandrin destaca (2013), assim como o brasileiro, era de não necessariamente encontrar uma solução ao problema, mas formar uma medida de construção de confiança com o Irã. A Declaração de Teerã foi o clímax das relações bilaterais entre Brasil e Turquia, além de um marco considerável em seus esforços diplomáticos na política internacional (GÜZELDERE, 2018).

Para entender especialmente a orientação de política externa de Erdoğan, um nome se faz essencial: Ahmet Davutoğlu, o arquiteto e ideólogo da dimensão externa neo-otomana. Entre 2003 e 2009, serviu como conselheiro de Relações Exteriores. Entre 2009 e 2014, como ministro das Relações Exteriores e depois (2014-2016) como primeiro-ministro. A partir de uma orientação islâmica e da mobilização de uma história otomana, o princípio da condução de política externa de Davutoğlu correspondia largamente a uma extensão e ressignificação de práticas já tentadas anteriormente, em parte durante o governo Özal, buscando maior proatividade e autonomia, além da construção de pontes com antigas comunidades otomanas muçulmanas nos Bálcãs e no Cáucaso (YAVUZ, 2020).

Caracterizam esta reorientação de política externa, marcada pela maior presença turca, o estabelecimento de relações próximas com a Síria e o Irã, o forte apoio à causa palestina e o desenvolvimento de relações com a Rússia e os países bálticos (Ibid.).

Davutoğlu baseia-se, segundo Yavuz (Ibid.), em uma rejeição do universalismo ocidental, considerando a civilização islâmica concernente a uma epistemologia radicalmente distinta daquela presente nas civilizações ocidentais. Para ele, o progresso turco encontrava-se no passado. O cerne de sua orientação guiada pelo passado otomano está presente no conceito de profundidade estratégica (DAVUTOĞLU, 2000). De acordo com esta lógica, quatro denominadores da profundidade turca, fruto da hereditariedade otomana, podem ser expressados.

Há uma profundidade geográfica, em virtude da posição da Turquia que permite acesso à Península Balcânica, Europa, Oriente Médio, Ásia Central e Rússia. Há uma profundidade histórica, suscitada pela história otomana comum e que coloca a Turquia em uma posição de destaque. Ainda, uma influência geocultural, por similaridades culturais entre aqueles que compartilharam o passado otomano. Por fim, uma importância geoeconômica, onde a Turquia se encontra como um centro de trânsito comercial para o fornecimento de energia à Europa, e há um entendimento de enorme potencial para o crescimento do mercado turco na Europa, Estados Unidos e Rússia (YAVUZ, 2020).

Apesar de manter em termos efetivos a busca por adesão à EU, inúmeros discursos sinalizam uma visão menos harmoniosa em relação ao Ocidente. Davutoğlu acreditava que a Turquia deveria se tornar um centro político regional, e não servir mais como base para a OTAN. Para ele, a Turquia era “forçada” – pelo legado otomano - a lidar com seus vizinhos, e exercer influência mesmo no continente africano, consternando as grandes potências (Ibid.).

Davutoğlu, assim como Erdoğan, acreditava no crescimento político da Turquia a partir da história otomana, evocando imagens do glorioso passado enquanto projeções para o futuro. A Turquia, em suas

práticas neo-otomanas, estaria apenas reclamando seu lugar de direito como uma superpotência regional. As ideias de Davutoğlu encontraram no carismático Erdoğan uma excelente plataforma, e perdurariam mesmo após o afastamento entre o ideólogo e o líder turco, em 2016 (Ibid.).

Nesta seara, há um gradual e importante processo de frustração turca em relação à Europa, em torno das negociações por adesão, que vai desgastando a manifestação prática inicial do neo-otomanismo. Em 2004, a EU foi inativa em relação a um referendo para reunificar o Chipre (com apoio dos turcos). Também mostrou-se relutante em conferir adesão plena à Turquia, oferecendo o *status* de “relação especial” como prêmio de consolação. O recrudescimento do neo-otomanismo, em suas fases posteriores, também encontraria incentivos na chamada Questão Curda - com movimentos de guerrilha urbana curda - e nas consequências da Primavera Árabe, principalmente a opressão à Irmandade Muçulmana e o retorno de regimes autoritários no mundo árabe. Além disso, o colapso sírio apresentou grandes desafios à segurança turca, especialmente na fronteira com a Síria, e a aparente política pró-curdos dos Estados Unidos alimentou a busca por novas alianças para a Turquia (Ibid.).

Em primeiro momento, todavia e como citado, o neo-otomanismo em termos de política externa era caracterizado pelo desejo de adesão à EU e à chamada política de “zero problemas”. Desde eleito, o governo do AKP buscou uma data para a adesão turca, principalmente com o intuito de consolidar a democracia interna contra o risco de mais um golpe militar. A Turquia vinha reformando sua estrutura política e judiciária, neste sentido, para atender às exigências da EU para adesão, o que significava o fortalecimento democrático, o respeito aos direitos humanos e de minorias e uma economia de mercado, dentre outras (Ibid.).

A questão europeia de fato foi um dos principais marcos da política externa turca no século XXI. Para muitos muçulmanos turcos, a Europa poderia significar democracia e prosperidade econômica na atualidade, apesar do passado traumático. A identidade europeia, sem clara definição, era vista por parte da população muçulmana turca como passível

de ser conciliada com a dimensão religiosa do Islã, concepção reforçada pelo fato de um grande número de turcos e muçulmanos já viverem no continente europeu. Entretanto, a mesma dimensão identitária europeia provou-se um dos maiores gargalos para a adesão turca no bloco. Figuras de proeminência, como o ex-presidente francês d'Estaing afirmavam que a Turquia pertencia a uma cultura, abordagem e modo de vida distintos da Europa (Ibid.).

Yavuz (Ibid.) entende que a recusa europeia perpassava visões racistas em relação à Turquia e ao mundo muçulmano, mais amplamente. Perceber a exclusão turca foi, para o governo, um momento de confusão e decepção, afastando a Turquia de seu desejo por adesão. Com isso, a faceta “moderadora” europeia foi afastada do projeto neo-otomano, que intensificou-se, sobretudo, em relação ao Oriente Médio e aos Bálcãs. Aproximou o neo-otomanismo, ademais, da mobilização de emoções étnico-religiosas.

É difícil dizer até que ponto a busca do AKP por adesão à EU era um objetivo instrumental para garantir apoio contra forças opositoras ou, de fato, parte de uma lógica identitária menos hostil ao ocidente, com intenções honestas. Seja como for, a EU não tratou a adesão turca com a devida responsabilidade, e a impossibilidade de unir-se ao bloco europeu fez com que o neo-otomanismo aproximasse discurso e prática em um endurecimento que o aproxima do que chamamos otomania étnico-religiosa.

Do ponto de vista do legado otomano conferindo à Turquia um papel de relevo nos assuntos de seu entorno geográfico, outros marcos importantes podem ser frisados. Em 2006, Erdoğan se tornou o primeiro líder turco a participar de um encontro da Liga Árabe, com o *status* de visitante permanente, encantando muitos árabes por sua liderança e projeto de conciliação entre o Islã e a democracia. Em 2009, a Turquia recebeu apoio de países árabes, asiáticos (de forma geral) e africanos em sua eleição para um assento rotativo como membro não-permanente no Conselho de Segurança da ONU (Ibid.).

Chave para a integração regional almejada pela Turquia, nos planos de Erdoğan, se encontrava no trio Síria, Jordânia e Líbano. Juntos, formaram em 2010 o Quarteto do Levante, em torno da parceria econômica e cultural entre os quatro países. O objetivo de Erdoğan era construir no Oriente Médio algo próximo ao papel da EU na Europa, passando inclusive pela eventual união monetária. A Turquia encerrou restrições de visto para os três países e apoiou as reformas do presidente sírio, Bashar al-Assad. O forte discurso pró-árabe de Erdoğan envolvia uma larga defesa da causa palestina, e em um encontro do Fórum Econômico Mundial, em Davos, o líder turco entrou em enfrontamento direto com o presidente israelense, Simon Peres (Ibid.).

Especialmente com a recusa europeia, o neo-otomanismo de Erdoğan passou a operar segundos critérios antiocidentais de forma inédita. Para Yavuz (Ibid.), esta reorientação não se deu em virtude de uma expressão da identidade islâmica e otomana, mas sim como uma resposta à EU. Considero ambas as explicações verdadeiras.

Como citamos, o discurso antiocidental já fazia parte do longo processo histórico que resulta no neo-otomanismo e na própria experiência pessoal de Erdoğan, desde os tempos em que era uma criança pobre observando a elite kemalista ocidentalizada. Inclusive, mesmo enquanto a Turquia buscava aproximar-se da União Europeia, discursos de figuras políticas de relevo evocavam memórias a partir de traumas e ressentimentos em relação à Europa no passado otomano.

Sendo a identidade constitutivamente instável, o projeto neo-otomano flutuou entre dimensões cosmopolitas, onde a relação com o Ocidente é mais facilmente aceita, e étnico-religiosas, onde o discurso antiocidental é predominante. A recusa europeia à adesão da Turquia, neste sentido, pode ser entendida como um gatilho para uma maior profusão de sentimentos antiocidentais na identidade neo-otomana, que já estavam lá presentes, mas agora assumiam práticas políticas de forma mais ampla. Um segundo gatilho pode ser atribuído à Primavera Árabe.

3.3

Neo-otomanismo na Turquia contemporânea

Um momento fundamental para compreendermos o neo-otomanismo e sua atual manifestação está na Primavera Árabe, iniciada em 2010/2011. Após a Primavera, uma nova fase no neo-otomanismo, sobretudo enquanto política externa, foi inaugurada, com forte caráter islâmico, entre 2010 e 2013 (YAVUZ, 2020).

Este movimento de revolta em países árabes se espalhou por Tunísia (onde começou), Egito, Síria, Jordânia, Marrocos, Bahrein, Argélia e Iêmen. Os revoltosos desejavam principalmente a democratização de seus países (ROGAN, 2017). A Turquia, à época, apoiou a sociedade civil destes países. O AKP, segundo Yavuz (2020), esperava tornar-se um mentor de compatibilidade entre o Islã e a democracia para os novos governos democráticos que seriam instituídos, principalmente nas eleições egípcias, apoiando a Irmandade Muçulmana.

A mesma Primavera Árabe, porém, abalou profundamente a inserção turca como liderança regional. O Egito acabou sofrendo um golpe militar que retirou o governo eleito da Irmandade Muçulmana e a tendência de respostas autoritárias às manifestações populares englobou fundamentalmente todos os países que passavam por elas, com exceção da Tunísia, que pode ser vista como o único caso de “sucesso” da Primavera. Ademais, a guerra civil que eclodiu na Síria carregou consigo o envolvimento turco (Ibid).

Erdoğan encorajou Assad a fazer concessões aos protestantes. Com a recusa do governo sírio, a Turquia resolveu apoiar a rebelião que se formava contra o presidente da Síria, fornecendo ao Conselho Nacional (revoltoso) suporte logístico e militar, em sua resistência à Assad. O enfraquecimento do governo sírio, porém, abriu margem para o crescimento dos movimentos de secessão curda, expandindo-se profundamente na fronteira com a Turquia. Ademais, o apoio dos Estados Unidos aos curdos na Síria, mas também no Iraque, distanciou as relações turco-estadunidenses (Ibid.).

É importante ressaltar que a Questão Curda é uma das mais importantes pautas políticas da história republicana turca. Comunidade étnico-linguística importante, os curdos receberiam um Estado nacional no termos originais da desagregação do Império Otomano, conforme citado anteriormente. Contudo, a unificação turca instituída no Tratado de Lausanne não os contemplou, gerando ressentimentos.

Assim, tornaram-se a maior comunidade étnica do mundo sem um Estado. Na Turquia, constituem a maior minoria étnica, mas seu reconhecimento como um grupo apartado do que se entende por “turco” é visto como uma possível ameaça à integridade territorial nacional. O projeto kemalista de secularização gerou reações da comunidade curda, e revoltas ocorreram nos anos 1920 e 1930.

A história contemporânea da Questão Curda pode ser remontada ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Nascido a partir de estudantes curdos que uniam o socialismo revolucionário com o nacionalismo curdo, o PKK demandava um Estado independente e já inicialmente passou a atuar em emboscadas, sabotagens e principalmente protestos. Nos anos 1980 e 1990, se organizou como uma luta armada, inclusive utilizando táticas terroristas, e ainda hoje o governo turco o reconhece enquanto organização terrorista. Com um alto recrutamento feminino, publicações e negócios próprios e diversas outras atividades, o PKK foi alvo de forte repressão pelo Estado turco. Historicamente, e ainda hoje, constitui uma das maiores ameaças percebidas na sociedade turca (SOCHACZEWSKI & DIAS, 2021).

Retornando à Guerra da Síria, o enfraquecimento de Assad e o apoio turco aos revoltosos significou a morte do Quarteto do Levante, a ida de milhões de refugiados sírios para a Turquia e o citado fortalecimento dos curdos sírios. Também contribuiu decisivamente para o estabelecimento da emoção antiocidental no projeto neo-otomano, especialmente pelo apoio estadunidense à autonomia curda na Síria. Além disso, a aproximação turco-iraniana, representada, por exemplo, pela Declaração de Teerã, foi solapada. Em seu lugar, a Turquia construiu uma

coalização-sunita (vale destacar que a vertente muçulmana predominante no Estado iraniano é a xiíta), entrando em choque com o governo iraniano (YAVUZ, 2020).

Em 2013, um novo marco fundamental alteraria o posicionamento turco, tanto interna quanto externamente: os protestos de Gezi Park, contra o projeto de demolição do Parque Taksim Gezi, em Istambul, para a reconstrução de um quartel militar otomano que havia sido demolido pela Turquia kemalista em 1940, de um centro comercial e de uma mesquita. Devemos inserir esta mobilização visual dentro da discussão identitária, onde ambientes como o meio urbano podem ser constituídos enquanto atos performáticos de uma identidade.

Inúmeras reformas foram realizadas em construções otomanas no espaço da atual Turquia, como no caso da mesquita Fatih Camii, construída durante o sultanato de Mehmet II, bem como nos museus abertos em homenagem ao legado otomano. Por exemplo, o “Panorama 1453”, sobre a Conquista, e o “Museu da Tulipa”, com o objetivo de demonstrar a origem verdadeira da flor. Estas obras, especialmente em Istambul, almejam exatamente construir uma estrutura que enalteça o passado otomano, atrelando-o ao presente de Erdoğan.

Um caso recente e profundamente emblemático, desta vez diretamente atrelado à religião, pode ser encontrado na Ayasofya. Construída como uma basílica bizantina em 537, a Agia Sophia (versão não-turquificada de seu nome, significando “Sagrada Sabedoria”) foi convertida a mesquita com a Conquista de Constantinopla, em 1453. Assim, passou a ser uma das principais representações estéticas da conquista otomana. Com o fim do Império Otomano, e consequente chegada de Atatürk ao poder, a então mesquita envolveu-se em meio ao projeto secular: transformou-se em museu. Em 2020, todavia, ela juntou-se a uma série de outras construções reconvertidas ao *status* de mesquita por Erdoğan. Assim, não apenas entremistura-se a dimensão religiosa do projeto turco contemporâneo, como ainda a sua alusão aos atos otomanos.

Imagem 6 – Erdoğan visita a Ayasofya reconvertida



Imagem 6 - Fonte: FRANCE 24. Turkey's Erdogan visits Hagia Sofia after controversial reconversion to mosque. Disponível em: <<https://www.france24.com/en/20200719-turkey-s-erdogan-visits-hagia-sofia-after-controversial-reconversion-to-mosque>>. Acesso em: 1 dez. 2022.

A importância de tais alterações não deve ser banalizada. Organizamo-nos, seres humanos, em sociedades, onde criamos ficções (HARARI, 2015) capazes de sustentar as estruturas sociais necessárias, sofisticando-as de acordo com nossas necessidades históricas. Estas ficções, que englobam componentes de uma unidade política (como instituições, hierarquias, dinastias e poder – seja ele mundano ou divino), sustentam espaços (territoriais ou imaginativos) onde determinados grupos de pessoas coexistem, a partir de uma história comum. Diversos traços marcam este mínimo senso de pertencimento, e muitos deles se reúnem em componentes físicos do espaço social.

Sobretudo a ausência de perspectiva de adesão à União Europeia, junto aos novos desafios de segurança – como no caso curdo -, impulsionaram medidas governamentais turcas percebidas como autoritárias e repressivas. Dentre elas, acusações de repressão à liberdade de expressão, com intimidações, prisões e maquinações financeiras, além de uma suposta estatização das mídias. A imagem de Erdoğan começou a ser turvada, sobretudo com a prisão de jornalistas. Diversas queixas contra a Turquia começaram a circundaram em cortes como a Corte Europeia de Direitos Humanos (YAVUZ, 2021). Orhan Pamuk foi acusado de atacar a identidade turca ao afirmar que “um milhão de armênios e 30.000 curdos

foram mortos nestas terras, mas ninguém além de mim o ousa dizer” (FLOOD, 2009).

Esta percepção de autoritarismo e autocracia crescentes motivou a escalada dos protestos em 2013, contra a demolição do Parque Taksim Gezi. Inicialmente, algumas dezenas de ambientalistas se manifestaram, especialmente por conta das árvores que seriam derrubadas. Quando um grupo de manifestantes foi atacado pela polícia, diversas insatisfações por parte de alguns segmentos da sociedade turca reuniram-se. Por um lado, o caso do Parque ilustraria a força policial excessiva. Por outro, as insatisfações relacionadas à liberdade de expressão e ao envolvimento turco na Guerra da Síria geraram os fermentos para a eclosão de um grande problema para o governo de Erdoğan, que inclusive percebia estes protestos como uma conspiração contra a Turquia (YAVUZ, 2021).

Para Yavuz (2020), os protestos de 2013 marcam um novo momento para a Turquia, com Erdoğan e o próprio Estado turco (doméstica e externamente) assumindo um papel divisivo. A sociedade turca assim dividiu-se, e segue dividida, em uma profunda e pungente polarização entre os segmentos sociais que apoiam o governo de Erdoğan e aqueles que pretendem retirá-lo do poder. Desde os protestos, o nacionalismo turco amparou-se colossalmente em dois componentes identitários: a dimensão étnica turca e a substância religiosa islâmica (Ibid). A otomania já existente, e cada vez mais próxima de uma visão rigorista, aqui assume de maneira inequívoca a sua forma étnico-religiosa.

Mais do que nunca, o projeto identitário representado pelo neotomanismo buscará remodelar a sociedade de acordo com preceitos islâmicos e nacionalistas, visando limpar o excesso de ocidentalismo e resgatar a moral nacional. Este projeto de fazer a Turquia grande, evidentemente, se ampara profundamente na otomania. Desde 2013, ainda, o AKP centralizou-se ainda mais na figura de Erdoğan (Ibid.).

O processo de alteração nas dinâmicas internas e externas da Turquia alcançaria o seu ápice em 2016, com uma tentativa de golpe de Estado contra Erdoğan por parte de facções militares. Para compreender as

alterações proporcionadas por 2016, devemos retornar brevemente para a ascensão de partidos islâmicos na Turquia do século passado. Um dos principais instigadores do neo-otomanismo de Erdoğan se encontra em Fethullah Gülen, um de seus principais aliados até 2016.

Gülen é herdeiro intelectual de movimentos islâmicos organizados após a fundação da República da Turquia, abordando – dentre outras questões – discussões teológicas referentes à relação entre o Islã e a ciência, o Ocidente, a democracia e outros. Suas ideias, redes e coalizões partidárias auxiliaram a moldar o movimento político-religioso que tanto inspiraria o neo-otomanismo.

Conforme reforça Yavuz (Ibid.), apesar do rompimento com o AKP em 2016, o Movimento Gülen (também chamado de Hizmet) foi, possivelmente, o grupo mais poderoso na história republicana da Turquia, e seu legado ainda permanecesse no imaginário neo-otomano. Fruto das políticas de valorização à memória otomana de Özal nos anos 80 e 90, o Hizmet conferiu notoriedade ao senso de identidade amparado no Império Otomano. Como nenhum outro segmento antes dele, Gülen evidenciou a grandeza otomana na construção de uma nacionalidade islâmica amparada no passado otomano e na economia de mercado.

Para Yavuz (Ibid.), o Hizmet não rejeitava os processos de modernização em curso na Turquia, mas sim buscava demonstrar a possibilidade de um projeto muçulmano capaz de avançar no alcance de objetivos modernos, mesclando conhecimentos religiosos e seculares. O intento era precisamente fabricar um novo “Eu” para a Turquia, relembrando de seu passado islâmico e otomano.

A nação turca, com isso, foi conceitualizada perante sua conexão com o Império Otomano e, especialmente, com a religião muçulmana. Seu nacionalismo considerava como turco aqueles muçulmanos que vivem na Turquia, compartilham do legado otomano e se consideram turcos. A religião, portanto, é o critério básico de identidade. Gülen criticava o senso derrotista da Turquia, acentuando as grandezas do passado para inserir a nação em seu lugar de potência regional. Sua maior diferenciação com

outros grupos islâmicos, como citado, está em sua conciliação das concepções expostas com o livre mercado, a sociedade civil, a mídia e a educação moderna (Ibid.).

Sua aliança com Erdoğan ajudou a moldar componentes centrais para o projeto neo-otomano, e foi extremamente importante para a força política do AKP. O partido de Erdoğan, todavia, passou a perceber, especialmente a partir de 2011, nos partidários de Gülen uma perigosa capacidade de infiltração nas estruturas de poder, influenciando uma espécie de Estado paralelo. Segundo esta lógica, as investigações sobre corrupção no AKP em 2013 teriam sido manipuladas pelo Movimento, a partir de membros infiltrados no Judiciário. Fethullah Gülen, por sua vez, se tornou uma voz crítica à liderança turca (ÇAĞAPTAY, 2017).

A tentativa de golpe de 2016 eclodiu com movimentações de fações militares turcas, por exemplo bombardeando prédios do governo. Erdoğan, em resposta, convocou o povo às ruas, e forças militares leais ao governo atuaram no sentido de combater a dissidência golpista. Tendo retomado o controle do país, o governo turco declarou estado de emergência e levou à cabo uma profunda limpeza do setor público e diversas condenações à prisão perpétua de envolvidos na tentativa de golpe ocorreram (Ibid.).

A Turquia permaneceu em estado de emergência até 2018, mas seu fim veio acompanhado de novas e duras leis no combate ao terrorismo, gerando fortes reações contrárias na oposição ao AKP. Gülen foi considerado pelo governo turco como o principal articulador da tentativa de golpe, e um mandado de prisão foi expedido. Gülen, exilado nos Estados Unidos, nega seu envolvimento, e acredita que o que ocorreu em 2016 foi um autogolpe de Erdoğan para centralizar poderes e, fundamentalmente, transformar a Turquia em uma ditadura (Ibid.).

O fato é que, desde 2016, o conflito entre Erdoğan e o Movimento Gülen gerou grandes impactos, para além da citada rigidez na condução da política doméstica, na política externa da Turquia, especialmente em sua relação com a EU e os membros da OTAN.

Ainda, percepções sobre um envolvimento estadunidense na tentativa de golpe, em virtude de uma falta de apoio dos Estados Unidos ao governo durante os acontecimentos de 2016, criaram uma assimetria profunda entre os dois atores, com a opinião pública turca intensificando sua crítica aos Estados Unidos. Esta relação, relembramos, já era crítica, inclusive em virtude do apoio de Washington ao ramo sírio do PKK no combate ao Estado Islâmico (Ibid.).

A utilização estadunidense de sua relação bilateral com a Turquia havia sido fundamentalmente orientada em uma posição de clientelismo turco, servindo aos interesses dos Estados Unidos em momentos históricos distintos, como no combate ao comunismo ou ao Estado Islâmico. Para Yavuz (Ibid.), a Turquia, porém, percebendo-se enquanto poder regional emergente, em consonância à herança otomana e islâmica, não está mais disposta a acatar interesses de Washington.

A política externa neo-otomana, assim, intensificou seu afastamento da orientação ocidental. Ressentimentos sobre a atuação ocidental contra o Império Otomano foram aprofundadas, mobilizando retóricas como a de uma atuação de “dividir para conquistar” por parte das forças ocidentais, aumentando a instabilidade regional. Com isso, a Turquia voltou-se principalmente à Rússia e China. Foram os russos, inclusive, os primeiros a condenar a tentativa de golpe em 2016. As relações russo-turcas perpassam diferentes esferas, com destaque para a compra de equipamentos militares russos por parte da Turquia (Ibid.).

A Turquia, desde então, também retomou uma aproximação com o Irã. A relação entre russos, turcos e iranianos forma, hoje, uma das principais dinâmicas do contexto político médio-oriental. Em 2022, Erdoğan, Vladimir Putin (presidente da Rússia) e Ebrahim Raisi (presidente do Irã) se reuniram com o intuito de resolver o conflito sírio (PODER360, 2022). A Turquia tem tentado mediar um acordo entre Rússia e Ucrânia, e já foi capaz de assegurar uma troca de prisioneiros entre ambos os lados do conflito. Também sediou encontros entre delegados russos e ucranianos (UOL, 2022).

O neo-otomanismo corrente manifesta-se perante fortes reordenamentos domésticos e externos. Internamente, acusações de autoritarismo – onde Erdoğan atuaria como um sultão, de poderes absolutos – e problemas democráticos são mesclados a uma continuidade do projeto de referência ao passado otomano, principalmente formulado em termos étnico-religiosos. A política externa turca, fruto da terceira fase neo-otomana, apresenta facetas mais distantes do Ocidente, tanto na ausência da perspectiva de adesão à EU quanto nas relações turcas com a OTAN, da qual ainda faz parte. Esta distância em relação aos Estados Unidos e à Europa buscou ser compensada com a aproximação turco-russa-chinesa, e com o maior engajamento turco nos assuntos regionais do Oriente Médio.

Conclusão

2023 será um ano profundamente simbólico para a República da Turquia. De um lado, a República erguida por Mustafa Kemal Atatürk completa o seu centenário. Em um momento de profunda contestação à identidade kemalista e, ao mesmo tempo, ao neo-otomanismo, a polarização corrente é fruto de quatro movimentos que se retroalimentam: a ascensão de movimentos religiosos e nostálgicos ao passado otomano, mais expressivamente representados conforme as diretrizes da identidade neo-otomana; as vastas acusações de autoritarismo na condução de Erdoğan; o afastamento da Turquia em relação ao Ocidente, acompanhado de um maior engajamento com potências não-ocidentais – especialmente Rússia e China – e atores regionais; e um esgotamento histórico da concepção kemalista.

Não devemos descartar também o fator econômico. Apesar da importância identitária, mobilizando a memória otomana e com profundo apoio de setores conservadores, parte do profundo sucesso eleitoral de Erdoğan pode ser atribuído ao crescimento econômico de proporções inéditas da Turquia, como parte do projeto de edificá-la ao papel de força internacional. Hoje, entretanto, a economia turca passa por uma larga instabilidade, com problemas inflacionários e um aumento do custo de

vida. A popularidade abalada de Erdoğan, da mesma forma, passa por relevantes consequências da incapacidade crônica de preencher o vazio identitário turco, mas também tem na economia um fator de desgaste.

Do outro lado, 2023 sediará o que provavelmente deve ser a eleição mais difícil de Erdoğan. Confirmado em Junho de 2022 como candidato pelo AKP em um acordo com nacionalistas na Aliança do Povo, ainda não há clareza sobre quem Erdoğan enfrentará. A oposição turca ainda é dividida, e com ausência de grandes nomes. A opção opositora mais forte e, curiosamente, alçado à relevância nacional como prefeito de Istambul se encontra em Ekrem İmamoğlu. Altamente popular, İmamoğlu foi eleito para liderar a cidade mais importante da Turquia em 2019, pelo kemalista CHP.

Ele representa um resgate às ideias kemalistas, e parecia ser uma possível resposta da identidade fundacional da Turquia à identidade hoje dominante, assim como Erdoğan havia sido nas eleições de 2002. İmamoğlu, contudo e assim como o atual líder turco, teve a sua prisão decretada. Em dezembro de 2022, o judiciário turco o condenou por dois anos e sete meses de prisão e o impediu de participar das eleições de 2023, em virtude de ter chamado de “tolos” os membros do Conselho Eleitoral da Turquia em 2019. Para a oposição, esta é a mais recentes das manifestações autoritárias de Erdoğan.

Para Çağaptay (2017), Erdoğan, hoje, parece pouco representar uma mudança na Turquia, mas sim a manutenção do *status quo*. Ele teria perdido a sua “magia”. O presidente da Turquia, entretanto, ainda é uma força política altamente popular, e o neo-otomanismo segue constituindo uma tentativa de resposta ao preenchimento do vazio identitário escancarado pelo fim do Império Otomano. Tendo pretendido figurar entre os grandes nomes da história turca quando de sua eleição, Erdoğan já ultrapassou o tempo de governo de Atatürk. Seu legado, positivo e/ou negativo, está marcado na história da Turquia e, conforme pretendemos demonstrar aqui, em muito ultrapassa esta nação.

Sendo uma identidade, o neo-otomanismo jamais será fixo. Ele se inspirou e ressignificou expressões identitárias anteriores e mudou mais de uma vez, em suas consequências domésticas e externas. Negar a capacidade de uma nova mudança seria retirar de si componentes centrais para exatamente aquilo que é o neo-otomanismo: uma identidade. O imaginário social despertado pelas emoções mobilizadas pelo neo-otomanismo, bem como suas expressões práticas, segue orientando enorme parcela da população turca. Mesmo com um eventual afastamento de Erdoğan, por qualquer que seja a razão, continuará relevante na vida sócio-política da Turquia. A tensão, entretanto, nunca deixará de existir. Ela não foi preenchida pelo longo processo kemalista. Não foi preenchida por movimentos identitários transitórios. E não foi preenchida pelo projeto neo-otomano. Eis o vazio.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Celso. **Brazil and the Middle East**. The Cairo Review of Global Affairs, 2: p. 48-63. 2011.

ÇAĞAPTAY, Soner. **The New Sultan: Erdoğan and the Crisis of Modern Turkey**. London: I.B. Tauris, 2017.

CAMPBELL, D. **Writing Security: US Foreign Policy and the politics of identity**. Minnea-polis: University of Minnesota Press, 1998.

ÇEVİK, Senem B. **The Empire Strikes Back: Propagating AKP's Ottoman Empire Narrative on Turkish Television**. Middle East Critique, 2020.

CROWLEY, Roger. **1453: a guerra santa por Constantinopla e o confronto entre o Islã e o Ocidente**. São Paulo: Rosari, 2011. 284 p.

DAVUTOĞLU, Ahmed. **Strategic Depth: Turkey's International Position**. Istanbul: Kure Yayinlari, 2000.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004.

ENSONHABER. **İzmir'de Buca Belediyesi dev Atatürk maskını bakıma aldı**. Disponível em: <<https://www.ensonhaber.com/yasam/izmirde-buca-belediyesi-dev-Ataturk-maskini-bakima-aldi>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

EPSTEIN, C. **Who speaks? Discourse, the subject and the study of identity in international politics**. European Journal of International Relations 17(2): 327–350, 2010.

FIGES, Orlando. **The Crimean war: a History**. Picador, 2010

FINKEL, Caroline. **Osman's dream: the story of Ottoman Empire**. John Murray, 2005.

FRANCE 24. **Turkey's Erdogan visits Hagia Sofia after controversial reconversion to mosque**. Disponível em: <<https://www.france24.com/en/20200719-turkey-s-erdogan-visits-hagia-sofia-after-controversial-reconversion-to-mosque>>. Acesso em: 1 dez. 2022.

FREELY, John. **O grande turco: sultão Mehmed II, o conquistador de Constantinopla**. São Paulo: Grau, 2011.

FROMKIN, David. **A Peace to end all Peace**. Nova York: Henry Holt, 2010.

GROS, Frédéric. **Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra**. Tradução de José Augusto da Silva. Aparecida, Ideias & Letras, 2009, 277 pp.

GROVOGUI, Siba N. **Regimes of Sovereignty: International Morality and the African Condition**. *European Journal of International Relations* (8): 3: 315-338, 2002.

GÜZELDERE, Ekrem Eddy. **Brazil-Turkey: Two emerging powers intensify relations**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/Brazil-Turkey-Two-Emerging-Powers-Intensify-Relations.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

HAAS, Ernst B. **What Is Nationalism and Why Should We Study It?** *International Organization*, vol. 40, no. 3, 1986, pp. 707–44.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HENDERSON, E. A. Hidden in Plain Sight: Racism in international relations theory. In: ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; e SHILLIAM, Robbie. **Race and Racism in International Relations: Confronting the Global Colour Line**. Londres e Nova York: Routledge, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HUTCHISON, E. e BLEIKER, R. **Theorizing emotions in world politics**. *International Theory* 6 (3), 2014.

İZER, Z. F. **İnkılap Yolunda**. İşte Atatürk, 1933. Disponível em: <<https://isteAtatürk.com/g/icerik/Zeki-Faik-Izer-Inkilap-Yolunda-1933/1571>>. Acesso em: 6 out. 2022

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil e Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

MALCOLM EDWARD YAPP; STANFORD JAY SHAW. **Ottoman Empire | Facts, History, & Map**, 27 nov. 2018. (Nota técnica).

MAURICIO, Carlos. **Hobsbawm, ou quando o nacionalismo inventa a nação**. *Ler História*, 62 | 2012, pp. 113-116.

MAZIAD, M.; SOTIRIADIS, J. **Turkey's Dangerous New Exports: Pan-Islamist, Neo-Ottoman Visions and Regional Instability**. **Middle East Institute**, 2020.

Disponível em: <<https://www.mei.edu/publications/turkeys-dangerous-new-exports-pan-islamist-neo-ottoman-visions-and-regional>>.

MCMEEKIN, Sean. **O expresso Berlim-Bagdá: o Império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial 1898-1918**. São Paulo: Editora Globo, 2011.

MCMEEKIN, Sean. **The Ottoman endgame: war, revolution, and the making of the modern Middle East, 1908-1923**. London: Allen Lane, 2015.

MORRIS, Benny; ZE'EV, Dror. **The Thirty-Year Genocide: Turkey's Destruction of its Christian Minorities, 1894-1924**. Boston: Harvard University Press, 2019.

NECIPOGLU, Gulru; FLEISCHER, Cornell H (eds.). **Treasures of Knowledge: an inventory of the Ottoman Palace Library. Volume I: Essays / Volume 2**. Leiden: Brill, 2019.

ONUF, Nicholas Greenwood. **The World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

PAMUK, Orhan. **Istambul: memória e cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PAZ, Octavio. **Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

PODER360. **Rússia, Irã e Turquia reafirmam aliança para resolver conflito na Síria**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/europa-em-guerra/russia-ira-e-turquia-reafirmam-alianca-para-resolver-conflito-na-siria/>>. Acesso em: 6 dez. 2022.

QUATAERT, Donald. **O Império Otomano: das origens ao século XX**. Lisboa: Edições 70, 2000.

ROGAN, Eugene L. **The Arabs: A history**. 2.ed, New York: Hachette Book Group, 2017.

ROGAN, Eugene. **The Fall of the Ottomans: The Great War in the Middle East**. New York: Basic Books, 2015.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995..

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANDRIN, Paula. **Internal divisions and security cultures: the impact of Turkish membership on the European Union's foreign and security policy**. PhD Thesis University of Westminster, 2013.

SANDRIN, Paula. **Symptomatic enjoyment: a postcolonial and psychoanalytic interpretation of Turkey's relations with the European Union**. Journal of International Relations and Development, v. 24, p. 1, 2020.

SCHLÖTZER, Christiane. **Osmanische Träume**. Istanbul: Süddeutsche Zeitung, 2013. Disponível em: <https://www.sueddeutsche.de/politik/bauprojekte-in-der-tuerkei-Erdoğans-osmanische-traeume-1.1686571>.

SHAW, Stanford; SHAW, Ezel Kural. **History of the Ottoman Empire and Modern Turkey**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, 2 vols.

SILVA, André Luiz Reis da; LEÃES, Ricardo. **A Convergência Turco-Brasileira na Declaração de Teerã (2010)**. Mural Internacional, v. 5, n. 2, p. 148-162, 2014.

SOCHACZEWSKI, M.; DIAS, T. D. **A questão curda: razões históricas e conflitos presentes**. COLEÇÃO DESAFIOS GLOBAIS Volume 6, 2021, pag 169-194. Disponível em <https://www.ufmg.br/dri/desafiosglobais/>

SOCHACZEWSKI, Monique. **"Otomania" na Turquia Contemporânea**. Belo Horizonte: ABRI, 2013. Disponível em: http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1370036360_ARQUIVO_OtomanianaTurquiaContemporanea.pdf.

SPROUT, Harold e Margaret. Environmental factors in The Study of International Politics. In: ROSENAU, James N. (ed.). **International Politics and Foreign Policy: a reader in research and theory**. New York: Free Press, 1969, p. 48-49

STANIFORTH, J. **The sick man of Europe is being doctored at last**. Disponível em: <<http://papuraunewyddcymru.llgc.org.uk/en/page/view/3279620>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

THE EDITORIAL BOARD. **The Hagia Sophia Was a Cathedral, a Mosque and a Museum. It's Converting Again**. The New York Times. July, 2020. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2020/07/22/opinion/hagia-sophia-mosque.html?searchResultPosition=1>>.

THE GUARDIAN. **Islamic party wins Turkish general election**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2002/nov/04/2>>.

UOL. **Turquia pede trégua entre Rússia e Ucrânia antes de reunião entre Erdogan e Putin** [11/10/2022]. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/10/11/turquia-pede-tregua-entre-russia-e-ucrania-antes-de-reuniao-entre-erdogan-e-putin.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

WEBER, Cynthia. **Simulating Sovereignty: Intervention, the State and Symbolic Exchange**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics**. International Organization, vol. 46, n. 2, 1992, p. 391-425

WILSON, Christopher S. The persistence of the Turkish nation in the mausoleum of Mustafa Kemal Atatürk. In: YOUNG, Mitchel; ZUELOW, Eric; STURM, Andreas (ed). **Nationalism in a Global Era: The persistence of nations**. London & New York: Routledge, 2007. p.82-103.

YAVUZ, Hakan M. **Erdoğan**: The Making of an Autocrat. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

YAVUZ, Hakan. **Nostalgia for the Empire**: the politics of neo-ottomanism. Oxford: Oxford University Press, 2020.

ZEHFUSS, M. **Constructivism and Identity**: a dangerous liaison. *European Journal of International Relations* (7) 3: 315-348, 2001.